



# **ACADEMIA MILITAR**

Direcção de Ensino

CURSO DE INFANTARIA

## **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA (TIA)**

### **A Importância das Forças de Comandos para a Política Externa Nacional: Teatro de Operações do Afeganistão**

**Autor:** Aspirante - Aluno de Infantaria André Árias Miranda Novais

**Orientador:** Professor Doutor José Fontes

Lisboa, Agosto de 2011



# **ACADEMIA MILITAR**

Direcção de Ensino

CURSO DE INFANTARIA

## **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA (TIA)**

### **A Importância das Forças de Comandos para a Política Externa Nacional: Teatro de Operações do Afeganistão**

**Autor:** Aspirante - Aluno de Infantaria André Árias Miranda Novais

**Orientador:** Professor Doutor José Fontes

Lisboa, Agosto de 2011

---

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditaram em mim  
A Força de Vontade não tem Limites!

“AD UNUM”

---

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Sr. Professor Doutor José Fontes pela sabedoria que me soube transmitir durante este percurso bem como pela sua disponibilidade para me orientar.

Agradeço ao Colégio Militar pelos valores que me incutiu e que certamente me guiarão pelo resto da minha vida.

À Escola Prática de Infantaria pelo profissionalismo com que me formou e me tornou parte da família da “*Mui Nobre Honrosa e Augusta Arma de Infantaria*”.

Ao Curso de Infantaria do curso Capitão André Furtado de Mendonça pois sem *eles* não teria conseguido.

À minha Família por todo o apoio que sempre me deu e continua a dar.

Agradeço com especial carinho à minha tia e madrinha, Maria Eulália Novais, por ter sempre acreditado em mim e constantemente me guiar para a luz quando ando perdido na escuridão.

Por fim, agradeço à minha namorada, a maior lutadora que conheço, que me mostrou que sem amor a vida não tem sabor e que esteve, está e espero que sempre esteja a meu lado para me apoiar.

A todos um grande Obrigado e,

“Ad Unum”

---

## RESUMO

Desde 2001 que o Afeganistão é o principal palco internacional de operações. Organizações Internacionais como a ONU, a OTAN e a UE têm unido esforços para estabilizar o país, na procura de paz e promovendo a segurança do povo afegão.

Portugal tem sido presença constante, desde o início da década de 90, neste tipo de operações, por todo o mundo. Para o cumprimento dessas missões Portugal tem enviado as suas FA, particularmente, as Forças de Comandos.

No âmbito da nossa investigação propusemo-nos compreender a importância destas forças para a PEN.

Desde 2005 que as Forças de Comandos estão presentes no Afeganistão, inicialmente enquanto Força de Reacção Rápida e actualmente como Força de Protecção às OMLT.

Através da pesquisa efectuada, chegámos à conclusão de que o conflito no Afeganistão tem bastante influência na Comunidade Internacional. A representação portuguesa nesse TO é assegurada pelas Forças de Comandos. Assim, as Forças de Comandos têm directa influência na Política Externa Portuguesa e os nossos soldados, através da sua presença nessas operações têm a capacidade de produzir paz e segurança internacionais, sendo, portanto, um elemento indispensável da nossa PEN.

Palavras-Chave: Política Externa Portuguesa; ONU; OTAN; UE; Forças de Comandos; Afeganistão.

---

## **ABSTRACT**

Afghanistan is, since 2001, the main stage for international operations. International Organizations such as the United Nations, NATO and the European Union, made efforts to secure the country, achieve peace and provide security to the afghan people.

Since the early 90's that Portugal has been constantly present in that kind of operations all over the world. In order to achieve success on those missions Portugal has been sending its Armed Forces in general, and particularly, the Commandos Forces which are the subjects of our research.

Our main goal is to try to understand how important are the Commandos Forces deployed to Afghanistan, for the Portuguese Foreign Policy.

Since 2005 that the Commandos Forces have been deployed to Afghanistan, first as a quick reaction force and now as a Force Protection for the OMLT.

With our research we came to the conclusion that the conflict in Afghanistan has direct influence in International Community. The Portuguese representation in Afghanistan is assured by the Commandos Forces. Therefore the Commandos Forces have a direct influence on Portuguese Foreign Policy and our soldiers, by their mere presence in those operations, have the ability to produce international peace and security and because of that, they are an important part of our foreign policy.

Key Words: Portuguese Foreign Policy; UN; NATO; EU; Commandos Forces; Afghanistan.

---

## ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA .....	iii
AGRADECIMENTOS .....	iv
RESUMO .....	v
ABSTRACT .....	vi
ACRÓNIMOS.....	ix
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	xii
INTRODUÇÃO.....	1
0.1. Fundamentação da escolha do objecto de estudo.....	1
0.2. Hipótese principal.....	2
0.3. Metodologia científica.....	3
0.4. Estrutura do trabalho .....	3
Capítulo I - A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA .....	5
1.1. Enquadramento geral .....	5
1.2. Portugal na ONU .....	7
1.3. Portugal na OTAN .....	13
1.4. Portugal na UE .....	19
1.5. Síntese conclusiva .....	25
Capítulo II – AS FORÇAS DE COMANDOS NO AFGANISTÃO .....	26
2.1. Enquadramento geral .....	26
2.2. A ISAF.....	27
2.3. As Forças de Comandos .....	31
2.4. Tipologia de missões.....	33
2.4.1. Teatro de operações de alta intensidade .....	33
2.4.2. Teatro de operações de média/baixa intensidade .....	35

---

2.5 Síntese conclusiva .....	35
CONCLUSÕES.....	37
BIBLIOGRAFIA.....	41
ANEXOS.....	45
Anexo A – Mapa dos Membros da OTAN.....	46
Anexo B – Mapa dos Estados Membros da UE .....	47
Anexo C – Mapa da posição geográfica do Afeganistão no Mundo.....	48
Anexo D – Mapa Étnico do Afeganistão .....	49



---

## ACRÓNIMOS

<b>Art.º</b>	Artigo
<b>ATA</b>	Autoridade de Transição do Afeganistão
<b>BCmds</b>	Batalhão de Comandos
<b>CCmds</b>	Companhia de Comandos
<b>CEE</b>	Comunidade Económica Europeia
<b>CPLP</b>	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>CRO</b>	<i>Crisis Response Operations</i>
<b>CSNU</b>	Conselho de Segurança das Nações Unidas
<b>EU</b>	<i>European Union</i>
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FA</b>	Forças Armadas
<b>IN</b>	Inimigo
<b>ISAF</b>	<i>International Security and Assistance Force</i>

---

<b>NATO</b>	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
<b>N.d.</b>	<i>No date</i>
<b>NEO</b>	<i>Non-combatants Evacuation Operations</i>
<b>OAP</b>	Operações de Apoio à Paz
<b>OMLT</b>	<i>Operational Mentor and Liaison Teams</i>
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OSCE</b>	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
<b>OTAN</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>PDN</b>	Política de Defesa Nacional
<b>PEN</b>	Política Externa Nacional
<b>PEP</b>	Política Externa Portuguesa
<b>PESC</b>	Política Externa e de Segurança Comum
<b>PESD</b>	Política Europeia de Segurança e Defesa
<b>PRT</b>	<i>Provincial Reconstruction Team</i>
<b>QRF</b>	<i>Quick Reaction Force</i>
<b>TIA</b>	Trabalho de Investigação Aplicada
<b>TO</b>	Teatro de Operações

---

<b>UE</b>	União Europeia
<b>UN</b>	<i>United Nations</i>
<b>URSS</b>	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

---

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Mapa dos membros da OTAN .....	59
Ilustração 2: Mapa com países membros da UE.....	60
Ilustração 3: Mapa com a Localização do Afeganistão no Mundo.....	61
Ilustração 4: Mapa Étnico do Afeganistão.....	62

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é realizado no âmbito da nova tipologia de ensino da Academia Militar. Com a implementação do processo de Bolonha os Alunos finalistas dos Cursos de Mestrado Integrado em *Ciências Militares* devem realizar um TIA.

O principal objectivo deste TIA é a aplicação do método científico a um trabalho de investigação que pressupõe uma profunda pesquisa bibliográfica bem como uma análise documental e, se necessário, algumas entrevistas académicas, tudo elementos que ajudam a confirmar ou a infirmar as proposições que, entretanto, resultam do processo de investigação na sequência do problema chave a estudar.

Pretendemos com a elaboração deste TIA analisar e avaliar a eventual relação existente entre o desempenho das missões das Forças de Comandos, designadamente, no TO do Afeganistão, e o prestígio para a PEN, ou seja analisar aquelas missões como dinamizadoras e como forma de *apoio* desta política. Neste seguimento, Sachetti refere a propósito que «(...) o certo é que nunca tanto como hoje, as Forças Armadas foram usadas para satisfazer objectivos políticos, para defender os valores humanos e os valores democráticos que o poder político não consegue alcançar pela persuasão da diplomacia ou pelo peso das Organizações Internacionais» (Sachetti, 2002).

Nos dias de hoje é indispensável uma articulação entre a PDN e a PEN sendo até que, na narrativa do discurso político, muitas vezes se defende a nível governamental a junção de ambos os ministérios com tutela na área<sup>1</sup>. É relevante o estudo da importância da participação das Forças de Comandos no TO do Afeganistão, visto este ser um dos conflitos mais importantes no actual palco internacional.

### 0.1. Fundamentação da escolha do objecto de estudo

Como se referiu, o actual conflito no Afeganistão é de uma enorme importância no panorama político internacional e na geografia dos conflitos, o que é demonstrado pela intervenção de várias Organizações Internacionais e pelo vasto contingente de forças militares internacionais presentes no território.

A necessidade sentida pela Comunidade Internacional de intervenção no conflito obriga, entre outros aspectos, ao envolvimento das Forças de Comandos no apoio à PEN

---

<sup>1</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério da Defesa Nacional.

definida pelas competentes instâncias do poder político português na sequência de algumas deliberações de instâncias internacionais.

Na actual conjuntura política, – nacional e internacional–, as FA e, neste caso concreto, as Forças de Comandos, enquadradas em operações da OTAN, e no desempenho das missões atribuídas pelas várias instâncias de Comando, são, como se procurará demonstrar, de alguma forma, um *apoio* e um suporte à PEP, e por esse motivo a nossa preocupação pelo estudo da temática que ganha grande relevância social e institucional.

As Forças Nacionais Destacadas têm cada vez mais importância no panorama internacional em que Portugal está envolvido. A escolha deste tema prende-se com o grande interesse em melhor conhecer os Comandos e as suas missões, bem como entender de que forma o cumprimento destas contribui para a PEN, nomeadamente, no âmbito da OTAN.

Como referimos anteriormente, o TO do Afeganistão demonstra ser uma das temáticas mais actuais que afecta todo o espectro de relações entre países. Portugal tem neste teatro destacadas as Forças de Comandos e as OMLT.

Este tema, objecto do nosso estudo, terá bastante relevância no âmbito da Academia Militar pois é cada vez mais importante para os futuros Oficiais dos quadros permanentes terem uma visão abrangente do sistema político internacional, ou seja, conhecimentos alargados não só no âmbito estritamente militar mas, igualmente, no âmbito das relações internacionais. Desta forma, com as missões desempenhadas pelas Forças de Comandos no TO do Afeganistão, poder-se-á aferir a contribuição do Exército para a definição e o prestígio da PEN e, por consequência, o seu papel no campo das já referidas Relações Internacionais.

## **0.2. Hipótese principal**

Pretendemos, como dissemos, com a elaboração deste TIA analisar e avaliar a eventual relação existente entre o desempenho das missões das Forças de Comandos, designadamente no TO do Afeganistão, e o prestígio para a PEN e, consequentemente, para Portugal, ou seja, compreender aquelas missões como forma de *apoio* e dinamizadoras desta Política.

A principal pergunta que se visa responder prende-se, em conclusão, com o que atrás foi dito:

- Será que as Forças de Comandos presentes no TO do Afeganistão são importantes no âmbito da PEN?

Tendo em atenção a clareza da questão e centrando-se ela, designadamente, no âmbito da ciência da política internacional parece não ser, por ora, necessário estipular à partida questões derivadas.

### 0.3. Metodologia científica

A primeira fase desta investigação prendeu-se com a escolha do tema a investigar. Uma vez escolhido e aprovado o tema, levou-se a cabo uma investigação inicial no sentido de estabelecer uma questão central. Esta, entretanto já definida, constituiu-se como o problema fundamental a analisar no processo de investigação e, dada a sua clareza, objectividade e notoriedade, entendemos desnecessário extrair um conjunto de perguntas derivadas já que as mesmas, eventualmente, não iriam acrescentar novas premissas à investigação que contribuíssem para uma melhor e mais sustentada resposta à referida questão central.

Na investigação conducente à elaboração deste trabalho socorremo-nos de fontes documentais escritas, quer nacionais quer internacionais, onde se inclui a análise documental de fontes oficiais não classificadas e susceptíveis de uso num trabalho desta natureza.

### 0.4. Estrutura do trabalho

Optámos por uma estrutura que possibilite uma leitura fácil e acessível independentemente de o leitor ter formação militar ou apenas civil, visto que este trabalho vai para além do âmbito castrense, sendo fundamental que a população civil entenda o papel das Forças Militares destacadas nos diversos TO e mais particularmente no TO do Afeganistão.

Desta forma, do mesmo consta uma *Introdução*, dois *Capítulos*, as *Conclusões*, a *Bibliografia* e, finalmente, alguns *Anexos*.

A *Introdução* está dividida em quatro subtópicos relacionados, designadamente, com a *Fundamentação da escolha do objecto de estudo*, a formulação de uma *Hipótese principal*, os elementos mais marcantes da *Metodologia científica* e a *Estrutura do trabalho*.

No entanto, sendo a *Introdução* meramente adjectiva ao TIA, o mesmo organiza-se em dois capítulos substantivos: o primeiro relativo à *Política Externa Portuguesa* com quatro subtópicos iniciando-se com um breve *Enquadramento geral* ao tema do capítulo seguido de

uma breve análise relativa a *Portugal na ONU*, a *Portugal na OTAN* e a *Portugal na UE* acabando este capítulo com uma breve *Síntese conclusiva* relativa ao mesmo.

O segundo grande capítulo trata sobre *As Forças de Comandos no Afeganistão* e inicia-se com um *Enquadramento geral* alusivo ao tema do capítulo mas focando-se mais na descrição da história do Afeganistão. Seguem-se três subtópicos, sendo que o primeiro se foca na origem da *ISAF*, o segundo nas *Forças de Comandos* e, ainda, um subtópico onde se analisa a *Tipologia de Missões* a que as Forças de Comandos obedecem, terminando este capítulo com uma breve *Síntese conclusiva* do mesmo.

Finalizamos este trabalho com as *Conclusões* com as quais pretendemos responder à hipótese principal colocada no início deste TIA, a *Bibliografia* de onde constam, não só as obras e os artigos doutrinários, mas igualmente os restantes documentos oficiais e sítios da internet consultados (à organização da mesma preside, substancialmente e sempre que possível, um critério da autoria embora não se distinga as fontes institucionais das individuais) e, ainda, alguns *Anexos* que pensamos serem indispensáveis para uma melhor compreensão do nosso trabalho.



## **Capítulo I - A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA**

### **1.1. Enquadramento geral**

A Política Externa pode ser definida como o «Conjunto de acções de um Estado em relação aos actores externos, com o objectivo de prosseguir ou preservar os interesses nacionais» (Pires, 1998).

Deste modo, a PEP passa por cumprirmos as nossas obrigações junto das Organizações Internacionais de que fazemos parte. A componente de Defesa faz parte dessas obrigações e Portugal tem demonstrado estar apto a cumprir com o seu constante empenhamento nos mais diversos espectros de operações às quais é chamado a intervir.

No âmbito da Política Externa, na eventualidade de se intervir com as FA é de extrema importância que as intenções políticas estejam equilibradas com as capacidades que se possuem.

Como referido no Programa do XVII Governo Constitucional: «Para além das missões tradicionais, as Forças Armadas deverão participar, prioritariamente, em missões internacionais de natureza militar, nomeadamente no sistema de defesa colectiva da Aliança Atlântica e na Política Europeia de Segurança e Defesa. E em missões internacionais de apoio à política externa, designadamente, de gestão crises, de natureza humanitária e de manutenção de paz, no quadro das organizações internacionais de que Portugal é membro, nomeadamente a ONU, União Europeia, OTAN, a OSCE e a CPLP» (Presidência do Conselho de Ministros, 2005, p. 160).

Com se verifica, a nossa Política Externa está, incondicionalmente, ligada à Defesa Nacional pois nunca tanto como hoje fomos chamados a intervir nos mais diversos espectros de operações. Cada Estado não pode preocupar-se apenas com a sua segurança interna, tendo que responder aos apelos das Organizações Internacionais de que faz parte para que haja segurança a nível internacional. Sendo assim, e como referido no Programa do XVIII Governo Constitucional, «A Defesa Nacional deve (...) ter como objectivos fundamentais, não só a capacidade para garantir a Segurança do Estado e dos cidadãos, mas, também, a capacidade para projectar segurança no plano externo e cooperar no quadro dos sistemas de alianças em favor da segurança internacional e da Paz» (Presidência do Conselho de Ministros, 2009, p. 118).

Ainda no Programa do XVIII Governo Constitucional podemos ler: «O desempenho destas missões internacionais constituiu-se como um factor decisivo não só para a modernização e prestígio das próprias Forças Armadas, mas também para a credibilidade internacional do País»<sup>2</sup>. Esta frase revela a verdadeira importância dada pelo Estado Português às missões desempenhadas pelas nossas Forças Armadas no estrangeiro no âmbito das mais diversas Organizações Internacionais de que Portugal faz parte.

No início da década de 90, Portugal começa a ter um papel na «(...) produção de segurança internacional, com a presença dos militares portugueses nas operações de paz da NATO, da União Europeia (EU) e das Nações Unidas. As Forças Armadas tornam-se instrumento da política externa (...) A política externa parte, sempre, da formulação de interesses (...) Portugal tem desempenhado e deve continuar a desempenhar um papel de produtor líquido de segurança internacional. Essa é uma prioridade para Portugal (...) A presença dos militares portugueses nas missões internacionais das Nações Unidas, da NATO e da EU é do interesse estratégico de Portugal e tem constituído não só um factor de modernização das Forças Armadas mas também um factor de credibilidade externa do Estado» (Severiano Teixeira, Breve Ensaio sobre a Política Externa Portuguesa, 2010).

---

<sup>2</sup> (Presidência do Conselho de Ministros, 2009, p. 119).

## 1.2. Portugal na ONU

Ao iniciarmos este subtópico do trabalho demonstra-se a necessidade de que se entenda que a ONU não apareceu, simplesmente, após a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, mas tal como a OTAN e a UE, sofreu uma evolução que tentaremos aprofundar e explicar.

Vejamos a seguinte afirmação: «Permitam-nos ressaltar que a agressão, onde quer que ocorra e mesmo que possa ser defendida, é um crime internacional, que é dever de todas as nações que amam a paz senti-lo e empregar a força que for necessária para impedi-la, e que o mecanismo da Carta, não menos do que o mecanismo do Tratado, é suficiente para esse efeito, se adequadamente utilizado, e que todo cidadão de bem de cada Estado deveria estar pronto para sofrer qualquer sacrifício, a fim de manter a paz (...) Arrisco-me a afirmar aos meus ouvintes que a grande obra da paz descansa não só sobre os estreitos interesses de nossos próprios países, mas ainda mais sobre os grandes princípios de certo e errado, dos quais dependem as nações, como os indivíduos. A Liga está morta. Longa vida às Nações Unidas» (Scott, 1973, p. 404).

No que diz respeito a essa evolução é de compreender que «A Organização das Nações Unidas é descendente duma série de conferências *ad hoc* para resolução de determinados problemas políticos concretos que acabaram por evoluir para reuniões regulares com órgãos permanentes<sup>3</sup> (...) é precisamente nesta ideia de tratado multilateral, que facilitou o desenvolvimento de tratados-leis<sup>4</sup> que vamos encontrar a génese da Carta da ONU. A nível substantivo, contributos fundamentais para esta futura Carta seriam as numerosas Convenções de 1899 a 1907, resultado das Conferências de Paz da Haia<sup>5</sup>» (Escameia, et al., 1995, p. 333).

---

<sup>3</sup> Podemos salientar como fazendo parte das conferências a que o autor se refere as seguintes: Congresso de Viena 1814/1815; o conjunto de conferências que tiveram lugar desde a referida até 1914 das quais o autor refere como principais as Conferências de Paris de 1856, de Londres de 1871 e de 1912-13, os Congressos de Berlim de 1878 e 1884-85 e o Congresso de Algeiras de 1906.

<sup>4</sup> O autor descreve os tratados-leis como sendo «(...) acordos constituídos por normas gerais e abstractos cuja execução não é instantânea mas que antes originam direitos e deveres que se prolongam no tempo» (p. 333).

<sup>5</sup> A primeira sessão das Conferências de Haia sobre Direito Internacional privado, foi convocada pelo Governo Holandês sob iniciativa de T.M.C. Asser (Nobel da Paz 1911). Ainda antes da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial tiveram lugar seis sessões (1893, 1894, 1900, 1904, 1925 e 1928). A sétima sessão em 1951 marcou o início de uma nova era com a preparação do estatuto que tornaria estas Conferências numa organização intergovernamental permanente. O estatuto entrou em vigor a 15 de Julho de 1955. Desde 1956 que são regulares as sessões de plenário tendo lugar de 4 em 4 anos, sendo que a vigésima-primeira teve lugar em 2007 in [http://www.hcch.net/index\\_en.php?act=text.display&tid=4](http://www.hcch.net/index_en.php?act=text.display&tid=4) (tradução livre do Autor).

Por outro lado ainda, o «(...) Tratado de Versalhes, criador da primeira organização mundial com funções políticas a Sociedade das Nações(...)»<sup>6</sup>. Este foi um acordo realizado no fim da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial com o intuito de evitar que outra guerra, com as dimensões da que havia terminado, tivesse lugar. A única forma encontrada para evitar que outro desastre com as mesmas proporções ocorresse, foi a criação de um órgão cujo único propósito seria manter a paz no mundo e resolver disputas internacionais se, e onde elas ocorressem. Esta seria a tarefa da Liga das Nações, também conhecida como Sociedade das Nações. Os seus principais objectivos vinham previstos no convénio da sociedade e referiam a prevenção da guerra, como referido anteriormente, através da defesa colectiva, desarmamento e da resolução de disputas internacionais através de negociações.

É de enaltecer que com a Sociedade das Nações «(...) chegamos a um mundo em que se inaugura um sistema centralizado de segurança colectiva, em que se prescreve o desarmamento (art.º 8.º do Pacto), a garantia colectiva das independências nacionais (artigos 10.º e 11.º), um sistema de sanções (artigos 16.º e 17.º) e a resolução pacífica de conflitos (sobretudo art.º. 12.º) (...)» (Escameia, et al., 1995, p. 334). No entanto esta sociedade tinha os seus problemas, em muito devido ao facto de ser algo recente, a que os Estados não estavam habituados. A título de exemplo, «Nos casos de conflitos entre Estados, estes podiam escolher a arbitragem, a sentença judicial ou a deliberação do Conselho da Sociedade como meios pacíficos para a resolução do mesmo, sendo, contudo, apenas obrigatórias as sentenças, arbitrais ou judiciais, e as deliberações, por unanimidade, do Conselho. Não sendo este o caso, os Estados teriam, mesmo assim, que respeitar um período moratório de 3 meses antes de recorrerem à guerra, sob pena de poder o Conselho decretar sanções obrigatórias de carácter económico ou relativas a corte de comunicações (...)»<sup>7</sup>. Tudo isto agravava muito a resolução de conflitos para além do tempo perdido em negociações e acordos. «A invasão japonesa da Manchúria em 1931, guerra Italo-Abissina de 1934/35 e o crescente expansionismo territorial alemão de 1936 a 1939, que culminou com a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, foram alguns dos conflitos graves que demonstraram a incapacidade da Sociedade das Nações para solucionar casos de agressão (...)»<sup>8</sup>.

Claro que é muito mais simples apontarmos as falhas do que o que realmente correu bem, no entanto e «Apesar do que muito se tem escrito sobre o falhanço da Sociedade, o certo é que esta é o símbolo do triunfo das organizações internacionais enquanto sistemas administrativos permanentes, com um secretariado, funcionários e orçamento próprios que,

---

<sup>6</sup> Cfr. (Escameia, et al., 1995, p. 333).

<sup>7</sup> Vide (Escameia, et al., 1995, p. 334).

<sup>8</sup> *Idem* (Escameia, et al., 1995, p. 334).

em termos substantivos, teve a ambiciosa coragem de, pela primeira vez, pretender controlar e ordenar, a nível central, fins tão fundamentais como a paz e a cooperação mundiais»<sup>9</sup>.

A ONU é criada em 1945 logo após o fim da 2ª Guerra Mundial com a assinatura da Carta das Nações Unidas no dia 26 de Junho em São Francisco, EUA. Esta Carta prevê o cumprimento de certas obrigações. No entanto, ficou frisado no preâmbulo da mesma, de forma a atingir os fins a que se propõem todos os membros, e sendo o mais pertinente para o nosso trabalho o seguinte: «(...) unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais (...)» (Charter of the United Nations).

A Carta das Nações Unidas é composta por dezanove capítulos e cento e onze artigos, no entanto e com o passar dos anos houve necessidade de actualizar a Carta. Esta Carta sofreu alterações nos artigos 23, 27<sup>10</sup>, 61<sup>11</sup> e 109<sup>12</sup>. A alteração ao art.º 23 visa o alargamento dos membros do Conselho de Segurança de onze para quinze e o art.º 27 prevê que as decisões do Conselho de Segurança em assuntos processuais deverão ser feitas com voto afirmativo de nove membros (anteriormente sete) e em todos os outros assuntos por voto afirmativo de nove membros (anteriormente sete), incluindo os votos afirmativos dos cinco membros permanentes<sup>13</sup>, sendo que nas decisões que estejam no âmbito do pressuposto no Capítulo VI<sup>14</sup> e no parágrafo 3 do art.º 52, um membro que esteja envolvido na disputa em causa deverá abster-se. Não nos iremos alargar relativamente ao art.º 61 por acharmos que não é pertinente para a nossa investigação. As alterações sofridas pelo art.º 109 estão relacionadas com o seu primeiro parágrafo que prevê que uma Assembleia Geral dos Estados-Membros com o propósito de rever a Carta pode ter lugar num local e data a ser estabelecido por dois terços dos votos dos membros da Assembleia Geral e pelo voto de nove membros (anteriormente sete) do Conselho de Segurança<sup>15</sup> (Charter of the United Nations).

---

<sup>9</sup> Cfr. (Escameia, et al., 1995, p. 334).

<sup>10</sup> Na Assembleia Geral de 17 de Dezembro de 1963, vindo a entrar em prática no dia 31 de Agosto de 1965.

<sup>11</sup> Este artigo sofreu alterações na Assembleia de 17 de Dezembro de 1963 entrando em prática no dia 31 de Agosto de 1965, no entanto voltou a sofrer alterações na Assembleia de 20 de Dezembro de 1971 entrando em vigor a 24 de Setembro de 1973.

<sup>12</sup> Alterado em Assembleia Geral a 20 de Dezembro de 1965 entrando em vigor a 12 de Junho de 1968.

<sup>13</sup> Membros permanentes do CSNU: EUA, França, Grã-Bretanha, República Popular da China e Rússia.

<sup>14</sup> O respectivo Capítulo refere-se a resoluções pacíficas de conflitos.

<sup>15</sup> Cfr. (Charter of the United Nations); tradução livre do Autor.

Pensamos que será mais pertinente aprofundarmos, visto estes serem os órgãos mais importantes para a nossa investigação, a Assembleia Geral das Nações Unidas e o Conselho de Segurança.

A Assembleia Geral das Nações Unidas vem prevista no Capítulo IV da respectiva Carta (do art.º 9 ao art.º 22). Este Capítulo refere-se à organização da Assembleia que integra todos os membros da ONU e que qualquer membro não terá mais do que cinco elementos representativos.

Na Assembleia poderão ser discutidos quaisquer temas, desde que, no âmbito da presente Carta ou relacionados com os poderes e funções de qualquer órgão consagrado na mesma, excepto o previsto no art.º 12<sup>16</sup>, sendo que estes poderão fazer recomendações aos membros da ONU ou ao CSNU ou a ambos em qualquer assunto ou questão. Entre outros a Assembleia deverá receber e ter em conta relatórios de outros órgãos da ONU<sup>17</sup>. No respeitante a votações por parte da Assembleia, no art.º 18 vem previsto que cada membro tem direito a um voto apenas e que as decisões da Assembleia relativas a questões importantes serão feitas por maioria de dois terços dos membros presentes na respectiva Assembleia<sup>18</sup>. No entanto e como previsto no art.º 18 parágrafo 3 as decisões ou outras questões, incluindo a determinação de categorias e questões adicionais a serem decididas por maioria de dois terços, deverão ser tomadas pela maioria dos membros presentes ou a votar na Assembleia. Um membro poderá não ter direito a voto se este não pagar, no tempo previsto, a sua parte de contribuições financeiras para com a ONU, isto se o montante em falta for igual ou exceder a contribuição de dois anos seguidos, no entanto a Assembleia poderá, mesmo assim, autorizar o referido membro a votar se ficar provado que a falta de pagamento é devido a circunstâncias alheias ao Estado membro<sup>19</sup>. A Assembleia deverá reunir-se em sessões regulares e anuais e em sessões especiais se a ocasião assim exigir.

---

<sup>16</sup> No art.º 12 vem descrito no primeiro parágrafo que, e segundo tradução livre do Autor, enquanto o Conselho de Segurança estiver a exercer as funções estabelecidas na presente Carta, no que disser respeito a uma determinada disputa ou situação, a Assembleia não poderá efectuar nenhuma recomendação relativamente a essa mesma situação excepto se lhe for pedido pelo Conselho de Segurança. No segundo parágrafo do respectivo artigo contempla que o Secretário-Geral da ONU, com o consenso do Conselho de Segurança, deverá notificar a Assembleia Geral em cada sessão de qualquer assunto relativo á manutenção da paz e segurança internacionais que estão a ser tratados com o Conselho de Segurança e similarmemente deverá notificar a Assembleia Geral, ou os membros da ONU caso a Assembleia não esteja reunida, imediatamente após o Conselho de Segurança cessar a resolução dessas mesmas situações.

<sup>17</sup> Vide art.º 15 número 2 (tradução livre do Autor).

<sup>18</sup> Vide art.º 18 número 2: Entre estas questões incluem-se: recomendações relativas à manutenção da paz e segurança internacionais, a eleição de membros não permanentes do Conselho de Segurança, a admissão de novos membros da ONU, a suspensão de direitos e privilégios de membro da ONU, a expulsão de membros entre outros. (tradução livre do Autor).

<sup>19</sup> Vide art.º 19.

Estas sessões especiais são convocadas pelo Secretário-Geral a pedido do Conselho de Segurança ou pela maioria dos membros da ONU. No que diz respeito à Assembleia Geral da ONU e aos pontos mais relevantes dispostos na Carta pensamos estarem explícitos no que acima se pôde ler.

Desta forma, passaremos portanto ao Conselho de Segurança que no âmbito da nossa investigação se enquadra enquanto o órgão mais importante da ONU.

O CSNU está presente no capítulo V da Carta da ONU e contempla desde o art.º 23 até ao art.º 32. O Conselho é constituído por quinze membros da ONU dos quais cinco são membros permanentes<sup>20</sup>. A Assembleia deverá eleger os outros dez membros<sup>21</sup> para o conselho, com a devida consideração a ser especialmente atribuída a membros da ONU que tenham contribuído para a manutenção da paz e segurança internacionais bem como outros propósitos da ONU, e tendo em conta também a distribuição geográfica dos mesmos. Estes membros não permanentes do conselho terão um mandato de dois anos, não podendo fazer dois mandatos seguidos. Cada membro do conselho terá direito a apenas um representante<sup>22</sup>. Será bastante importante falar dos poderes e funções do Conselho de Segurança, dispostos nos artigos 24, 25 e 26 da Carta. De forma a garantir a prontidão e efectividade da acção da ONU, os membros da ONU conferem ao CSNU a responsabilidade e primária de manutenção da paz e segurança internacionais e concordam que no desempenho dessas funções o CSNU actue em seu nome. No cumprimento desses deveres o CSNU deverá agir em concordância com os propósitos e princípios da ONU. O CSNU deverá submeter, se necessário, à consideração da Assembleia Geral, relatórios anuais especiais<sup>23</sup>. Vem disposto no art.º 25 que os membros da ONU concordam em aceitar e pôr em prática as decisões do CSNU em concordância com a presente Carta. Ainda respeitante aos poderes e funções do CSNU, este é responsável por formular, com assistência do Comité Militar<sup>24</sup>, planos a serem submetidos à consideração dos membros da ONU para o estabelecimento de um sistema de regulação de armamento. No art.º 27 da Carta está previsto de que forma se deve efectuar a votação do CSNU. Do art.º 28 ao art.º 32 estão dispostos os procedimentos a tomar pelos membros com assento no CSNU. É importante

---

<sup>20</sup> EUA, França, Grã-Bretanha, República Popular da China e Rússia.

<sup>21</sup> Serão classificados como membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

<sup>22</sup> *Vide* art.º 23 (tradução livre do Autor).

<sup>23</sup> *Vide* art.º 24 (tradução livre do Autor).

<sup>24</sup> Segundo o art.º 47 um comité militar deverá ser estabelecido para auxiliar e aconselhar o CSNU, em qualquer matéria relativa às exigências militares deste, assim como, empenhamento e comando de forças postas ao seu dispor, regulação de armamento e possíveis desarmamentos. Este Comité militar será constituído pelos Chefes de Estado Maior dos membros permanentes do CSNU ou de seus representantes. Este comité é responsável pela direcção estratégica das forças armadas postas ao dispor do CSNU.

de referir o disposto no art.º 31 da carta, onde está estabelecido que qualquer membro da ONU, não membro do CSNU, pode participar, sem direito de voto, na discussão de qualquer assunto levado ao CSNU quando este considerar que os interesses desse membro são especialmente afectados<sup>25</sup>.

No âmbito da ONU as metas apontadas tanto pelo XVII Governo como pelo, XVIII Governo Constitucionais, não se alteram. Neste sentido refere o programa do XVIII governo: «No que respeita à Organização das Nações Unidas, Portugal reiterará a importância da organização na manutenção da legalidade, da ordem internacional e da Paz e afirma a centralidade do seu papel e a necessidade de reforço dos seus instrumentos nos processos de apoio à paz e de reconstrução pós-conflito e de reconstituição de Estados falhados» (Presidência do Conselho de Ministros, 2009, p. 119)<sup>26</sup>.

No programa do XIX governo é referido a importância de Portugal se continuar a afirmar nos *fora* internacionais, no entanto, e mais concretamente, no que se refere à ONU, o governo atribui bastante importância ao «(...) mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas, reforçando a imagem do País como um Estado empenhado na paz e na resolução de conflitos internacionais(...)» (Presidência de Conselho de Ministros, 2011, p. 105).

Portugal está presente no CSNU em muito devido às suas largas contribuições com contingentes militares, em missões nos países em crise, e não devido ao seu peso político ou dimensão, ou seja, Portugal é um importante membro da ONU e, podemos afirmar, um dos que mais tem contribuído para a manutenção da paz e segurança internacionais. É caso para dizer que «Portugal tem desempenhado e deve continuar a desempenhar um papel de produtor líquido de segurança internacional»<sup>27</sup>.

O CSNU reuniu-se em diversas sessões em que o tema principal era a situação no Afeganistão. Sendo assim, o CSNU deliberou sobre o tema elaborando diversas resoluções<sup>28</sup>, tendo em vista a estabilização da situação no Afeganistão, de forma a manter a paz e a segurança internacionais.

---

<sup>25</sup> Tradução livre do Autor.

<sup>26</sup> O Programa do XVII Governo refere que: «No que respeita à Organização das Nações Unidas, Portugal reitera a importância da organização na manutenção da legalidade, da ordem internacional e da Paz e afirma a centralidade do seu papel e a necessidade de reforço dos seus instrumentos nos processos de apoio à paz e de reconstrução pós conflito e de reconstituição de Estados falhados» (Presidência do Conselho de Ministros, 2005, p. 160).

<sup>27</sup> *Vide in* (Severiano Teixeira, Breve Ensaio sobre a Política Externa Portuguesa, 2010).

<sup>28</sup> Importa referir que antes do 11 de Setembro de 2001 a situação no Afeganistão já era acompanhada de perto pelo CSNU, chegando mesmo a enviar equipas de observadores para A Importância das Forças de Comandos para a Política Externa Nacional: Teatro de Operações do Afeganistão



### 1.3. Portugal na OTAN

No rescaldo da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, foi assinado a 4 de Abril de 1949 o tratado de Washington que criaria a OTAN<sup>29</sup>. Assinado por 12 Estados da Europa Ocidental e da América do Norte, mais concretamente a Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Holanda, Itália, Islândia, Luxemburgo, Noruega, Portugal e Reino Unido. Este tratado visava uma cooperação em tempo de paz bem como um acordo de apoio mútuo no caso de agressão a um dos Estados membros [o famoso art.º 5 onde todos os membros acordaram que «(...) um ataque armado a um ou mais membros, na Europa ou na América do Norte, será considerado como sendo um ataque a todos os membros (...)]»].

Desde a sua fundação que «(...) a NATO assentou portanto em três vectores. Em primeiro lugar sarar as feridas da guerra, promover relações pacíficas e fomentar o bem-estar e a liberdade. Ou seja, levar a segurança à área Atlântica pela garantia de estabilidade e desenvolvimento, de acordo com os grandes princípios da Carta das Nações Unidas. Em segundo lugar, criar uma capacidade militar para resistir a qualquer ataque armado, constituindo-se portanto como aliança militar de defesa. Finalmente, juntar numa mesma organização os países europeus, os EUA e o Canadá, ou seja, juntar na mesma aliança os dois lados do Atlântico, dando vida ao tão referido laço transatlântico» (Fontes Ramos, 2002).

No entanto, tal como refere o General Espírito Santo, «De 1949 a 1991, a Aliança viveu com um Conceito Estratégico simples e claro: dissuadir a URSS de atacar e defender, se necessário» (Santo, 2010, p. 966).

Ora com a queda do muro de Berlim em 1989 e a consequente queda da URSS a OTAN enfrenta uma questão que é de certo modo pertinente: se a Aliança surgiu de forma a fazer frente à URSS então qual a necessidade desta existir se a União Soviética se havia desmoronado. Esta questão poderá parecer de simples solução no entanto a Aliança viu necessidade de reformular todo o seu Conceito Estratégico pois aquele em que se baseava desde 1949, e que atrás já referimos, se encontrava descontextualizado (Conceito Estratégico de 1968, Ribeiro, 2011).

Sendo assim, em 1991 os Estados membros da Aliança reuniram-se em Roma elaborando «(...) um novo documento, público e aberto, como todos desde então, que estabeleceu os grandes princípios para manter a Aliança ajustada ao novo ambiente de

---

avaliarem a situação. As resoluções do CSNU referentes ao Afeganistão são as seguintes: n.º 1267; 1333; 1363; 1373; 1378; 1383; 1386; 1401; 1413; 1419; 1444; 1453 1456; 1471 1510; 1536; 1563; 1566; 1589; 1623; 1659; 1662; 1707; 1746; 1776; 1806; 1817; 1833; 1868; 1890; 1904 e 1917.

<sup>29</sup> Ver anexo A.

segurança. Este Conceito Estratégico estabeleceu como tarefas primaciais da NATO, a segurança, a consulta, a dissuasão e defesa, e o equilíbrio estratégico face à Rússia, que, embora derrotada na guerra fria, dispunha, ainda, de um poder militar relevante» (Ribeiro, 2011, p. 17). De forma a ser possível realizar estas tarefas com eficiência houve necessidade de definir prioridades, às quais o referido documento efectivou como, a redução na dependência das armas nucleares bem como grandes alterações nas forças militares pertencentes à NATO, incluindo reduções substanciais no seu tamanho e prontidão, melhorias na sua mobilidade, flexibilidade e adaptabilidade a diferentes contingências e um maior uso de formações a um nível multinacional. Foram também tomadas medidas de modo a simplificar a estrutura de comando da NATO e para adaptar os procedimentos e planeamento de defesa da aliança, tendo em vista particularmente as necessidades de resposta a Operações de manutenção de paz e de gestão de crises<sup>30</sup> (NATO, NATO Handbook, 2002).

Com a crise no Kosovo a Aliança passou a enfrentar um novo tipo de ameaça, esse que punha em causa os principais alicerces sobre os quais a Aliança havia sido fundada nomeadamente a democracia, os direitos humanos e o Estado de Direito (NATO, NATO Summit, 1999)<sup>31</sup>.

Sendo assim, em 1999, e por ocasião do cinquentenário da Aliança, teve lugar a cimeira de Washington que tinha em vista uma reformulação do Conceito Estratégico devido à «(...)alteração de configuração política europeia decorrente da autonomização de diversos Estados Europeus, o alargamento da NATO para leste e a crescente tendência da União Europeia para assumir maiores responsabilidades de segurança e defesa(...)» (Ribeiro, 2011, pp. 17-18). Em síntese, o novo conceito preconizou como tarefas principais as já referidas no seu antecessor «(...) a segurança (através da gestão de crises e de parcerias), a consulta e a dissuasão e defesa. Quanto a novidades, apresentou quer a gestão de crises e as parcerias que abriram campo a intervenções expedicionárias, quer o alargamento do âmbito do artigo 5º do tratado de Washington, que abandonou a visão tradicional das “agressões contra o território” e passou a considerar “qualquer ameaça de agressão”. Também desapareceu a tarefa de preservação do equilíbrio estratégico na Europa» (Ribeiro, 2011, p. 18). De forma a cumprir com as tarefas acima elencadas houve necessidade de delinear os objectivos a atingir, tais como:

- «(...) A preservação do elo transatlântico;

---

<sup>30</sup> Tradução livre do Autor.

<sup>31</sup> Tradução livre do Autor.

- A manutenção de capacidades militares efectivas;
- O desenvolvimento de uma identidade de segurança e defesa europeia;
- A prevenção de conflitos e a gestão de crises;
- A ênfase nas parcerias, na cooperação e no diálogo;
- A política de porta aberta;
- O controlo de armas, o desarmamento e a contra proliferação.

(...) naquele tempo, as preocupações estratégicas da NATO eram a segurança e estabilidade da área euro atlântica, bem como as intervenções no exterior das suas fronteiras, com a finalidade de prevenir conflitos e proporcionar ajuda humanitária» (Ribeiro, 2011, p. 18).

Este novo conceito foi a base para a intervenção da Aliança no Afeganistão. No Programa do XVII Governo Constitucional é bem explícita a vontade de Portugal se afirmar no seio da OTAN, através das suas Forças Armadas e da sua participação nos teatros onde esta está representada: «País atlântico e fundador da Aliança Atlântica, Portugal reafirma o seu empenhamento nos compromissos militares de defesa colectiva da Aliança Atlântica e, em particular, a sua presença no quadro da *NATO Response Force*» (Presidência do Conselho de Ministros, 2005, p. 159).

No entanto, iremos dar maior ênfase no Conceito Estratégico adoptado pela Aliança em Novembro de 2010 aquando da cimeira da NATO em Lisboa. É importante referir que houve uma alteração considerável no número de membros da Aliança com a adesão de vários países da Europa Central e de Leste, cumulativamente com o aumento do terrorismo internacional, as operações no Iraque (2003) e no Afeganistão (2001), cada vez maior número de ataques cibernéticos, da crise financeira mundial entre outros problemas, trouxeram uma grande necessidade de a NATO repensar o Conceito que se encontrava em vigor<sup>32</sup>. O processo que esteve na origem do novo conceito demorou cerca de um ano a ser elaborado, com o contributo de diversos seminários realizados em países da Aliança, que resultaria num relatório entregue ao Secretário-geral sendo depois elaborado o projecto do novo conceito. Este conceito «(...) reitera que a NATO continuará a “salvaguardar a liberdade e a segurança de todos os membros, por meios políticos e militares”» (Ribeiro, 2011, p. 19). Desta forma, as tarefas base de origem da Aliança mantêm-se mesmo com as profundas alterações, que ocorreram desde 1949, no sistema internacional. Não obstante de que houve necessidade de reafirmar alguns princípios base da Aliança:

- «A liberdade individual, a democracia, os direitos humanos e o primado da lei;

---

<sup>32</sup> Vide (Ribeiro, 2011).

- A responsabilidade primária do conselho de Segurança da ONU pela manutenção da paz e da segurança internacionais;
- A preservação do elo transatlântico, como essencial à paz e segurança dos aliados;
- A solidariedade, a partilha de interesses e a assumpção equitativa de encargos, como determinantes da coesão da NATO» (Ribeiro, 2011, p. 19).

O Conceito Estratégico de 2010 considera enquanto tarefas críticas a desenvolver a defesa colectiva, baseando-se no art.º 5º do tratado de Washington, utilização da força política e militar como forma de prevenir, gerir e assegurar a não ocorrência de conflitos e através da construção de parcerias entre países e organizações, a prossecução por segurança cooperativa controlando armamentos, tendo especial atenção à não proliferação e desarmamento de armas de destruição massiva, mantendo uma política de porta aberta a todos os Estados democráticos europeus que tenham o perfil adequado para adesão<sup>33</sup>.

No que diz respeito à segurança dos membros da Aliança e mesmo com a recente aquisição, por parte de diversos países, de capacidades militares modernas, tais como mísseis balísticos, a Aliança tem presente o facto de que na possibilidade de ser alvo de um ataque esse não ocorrerá nos moldes convencionais e muito menos será por parte de um país *per si*.

Como tal, a Aliança teve necessidade de averiguar quais as principais ameaças, sendo que «(...) são identificadas a proliferação de armas nucleares e de outras armas de destruição massiva, bem como o terrorismo» (Ribeiro, 2011, p. 19), no entanto são considerados como sendo também ameaça as instabilidades ou conflitos fora das suas fronteiras, ciberataques, perturbações nas rotas de comunicações, restrições no acesso ao espaço e condicionantes ambientais ou de recursos<sup>34</sup>.

Após identificação destas ameaças, houve necessidade de se estabelecer metas para as contrariar, tais como a defesa e a dissuasão, a gestão de crises, a cooperação internacional e a reforma e a transformação<sup>35</sup>.

O documento aprovado em Lisboa «(...) considera essencial, no campo da defesa e dissuasão:

- Realizar treinos, exercícios, planeamento de contingência e troca de informações;

---

<sup>33</sup> Cfr. (Ribeiro, 2011, p. 19).

<sup>34</sup> *Idem* (Ribeiro, 2011, p. 19).

<sup>35</sup> Cfr. (Ribeiro, 2011, p. 20).

- Desenvolver a capacidade de defesa contra ataques de mísseis balísticos e de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares;
- Prevenir, detectar, defender e recuperar de ciberataques e de ataques terroristas;
- Proteger infra-estruturas energéticas críticas e linhas de comunicações associadas;
- Manter o financiamento das despesas de defesa em níveis adequados para que as forças armadas disponham de recursos suficientes» (Ribeiro, 2011, p. 19).

No que diz respeito à gestão de crises, a Aliança deseja continuar empenhada na prevenção, estabilização e apoio à reconstrução de áreas que, por terem sido alvo de crises, sejam vistas como potenciais ameaças à estabilidade e segurança de nações que pertençam à Aliança. «Neste contexto, são invocadas as lições dos Balcãs e do Afeganistão para, no quadro da gestão de crises, relevar a importância da abordagem englobante (*comprehensive approach*) nos campos político, civil e militar para que a gestão de crises seja efectiva. Neste contexto, são identificados como requisitos essenciais:

- A partilha de informações entre os membros da Aliança;
- O desenvolvimento da doutrina e de capacidades militares para a realização de operações expedicionárias;
- A melhoria do planeamento civil-militar, bem como do treino de forças e de especialistas e dos processos de consulta entre aliados» (Ribeiro, 2011, pp. 20-21).

Referindo agora a cooperação internacional, o conceito estratégico de 2010 foca principalmente três vertentes que a Aliança considera essenciais tais como o controlo de armamentos, desarmamento e não-proliferação, política de porta aberta e as parcerias.

Por fim, e no campo da reforma e transformação, o novo conceito contempla ser necessário:

- «Dispor de recursos financeiros, militares e humanos suficientes para realizar as missões destinadas a garantir a segurança das populações e do território aliado;
- Maximizar as capacidades de projecção e de sustentação das forças;
- Assegurar a máxima coerência no planeamento de defesa, para reduzir duplicações e melhorar o desenvolvimento de requisitos modernos;

- Desenvolver e operar capacidades de forma conjunta, por razões de solidariedade e de custo-eficácia;
- Preservar e fortalecer as capacidades, os padrões, as estruturas e os financiamentos conjuntos;
- Empreender um processo contínuo de reforma destinado a adequar estruturas, melhorar métodos de trabalho e maximizar a eficiência» (Ribeiro, 2011, pp. 20-21).

O documento aprovado em Lisboa difere dos seus antecessores também devido ao facto de ter sido elaborado de forma mais simples e abreviada, o que o tornará actualizado durante mais tempo. No entanto, é de realçar que este conceito é resultado da contribuição de todos os anteriores e da implementação das necessárias inovações. Estas advêm das alterações que se verificam no contexto internacional pois com as recentes ameaças, como o terrorismo internacional e a crise financeira global, os países membros da Aliança sentem necessidade de se precaverem contra as mesmas<sup>36</sup>.

Achamos necessário também referir que numa elaboração de um novo conceito, tanto este último como os que lhe antecederam não serão esquecidos, ou seja, cada novo conceito é, como que, uma evolução do seu anterior e assim sucessivamente.

De forma a concluir este subcapítulo, e como refere o General Gabriel Espírito Santo, «Ao nível político e militar a Aliança continua a ser um fórum privilegiado para Portugal ouvir as suas preocupações de segurança e defesa, a sua estrutura militar é um espaço de educação e treino importante para as Forças Armadas e a participação de contingentes militares, dos três Ramos, em operações militares da OTAN, desde 1996 na Bósnia, tem prestigiado Portugal» (Santo, 2010, pp. 966-967).

---

<sup>36</sup> Vide (Ribeiro, 2011, pp. 20-21).

## 1.4. Portugal na UE

A origem da UE<sup>37</sup> remonta ao fim da 2.<sup>a</sup> Grande Guerra. Os europeus não queriam que se repetisse outro conflito desta dimensão. Com o fim da guerra e a separação da Europa, em Leste e Oeste, assistiu-se ao início da Guerra Fria, que terminaria somente em 1989 com a queda do muro de Berlim.

Em 1949 surgiu o Conselho da Europa, com sede em Estrasburgo, e o seu principal objectivo era promover a defesa dos Direitos Humanos e formalizar acordos a uma escala europeia de forma a harmonizar as práticas tanto sociais como jurídicas em território europeu. O Conselho da Europa é constituído hoje em dia pelos 46 países membros da União Europeia e mais 21 países da Europa Central e Oriental. Existem ainda para além dos Estados acima referidos os Estados Observadores e os Estados convidados. Enquanto Estados Observadores fazem parte os EUA, o Vaticano, o Japão e o México. O estatuto de Estados Convidados é atribuído a Estados que pretendem aderir à organização mas cujo processo de adesão ainda se encontra em estudo. Como todas as organizações esta também não dispensa para o seu correcto funcionamento de certos órgãos sendo constituída pelo Comité de Ministros, Assembleia Parlamentar e Secretariado-Geral. No seio da organização existem ainda outras instituições com poderes e cujas decisões são de carácter vinculativo para os Estados membros como o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e o Congresso dos Poderes Locais e Regionais (Ministério da Justiça, 2008).

Portugal, após o 25 de Abril de 1974, começa a demonstrar vontade e interesse em fazer parte dos países signatários do Conselho da Europa. Pouco tempo depois uma comissão do conselho visita Portugal de forma a verificar a situação democrática vivida, sendo bastante acompanhada pela Assembleia-Geral. Em Setembro de 1976 Portugal tornou-se no 19.º Estado-membro do Conselho da Europa. A representação de Portugal nos diversos órgãos desta organização é assegurada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros no Comité de Ministros e pelo Representante Permanente de Portugal junto do Conselho da Europa. Portugal tem 7 representantes na Assembleia Parlamentar e está também representado no Congresso dos Poderes Locais e Regionais e possui ainda um juiz no Tribunal dos Direitos do Homem<sup>38</sup>.

Na década de 50 uma organização começa a unir, económica e politicamente, os países europeus, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço<sup>39</sup>. Em 1957, o tratado de

---

<sup>37</sup> Ver anexo B.

<sup>38</sup> Cfr. (Ministério da Justiça, 2008).

<sup>39</sup> Os países fundadores foram: Alemanha, Bélgica, França, Itália Luxemburgo e os Países Baixos.

Roma institui a CEE ou “Mercado Comum” (União Europeia). A década de 60 é um período de crescimento económico. Neste mesmo período o aparecimento de bandas de rock<sup>40</sup> que atraem multidões de jovens, acentuou o fosso entre gerações. É um período bastante próspero economicamente, em muito favorecido pelo facto de se terem deixado de cobrar direitos aduaneiros sobre as trocas comerciais entre países membros da União Europeia. Fica também decidido a implementação de um controlo conjunto sobre a produção alimentar de forma a assegurar alimentos para todos, o que em breve traria até um excedente de produtos agrícolas. A década de 70 é particularmente importante para a Península Ibérica pois a queda do regime de Salazar em 1974 e a morte do General Franco em 1975 em Espanha, põem fim às duas últimas ditaduras de direita na Europa. Em 1973, a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido aderem à UE. No âmbito da política regional da UE começa a fomentar-se a criação de empregos e infra-estruturas nas regiões mais pobres. Em 1979 os cidadãos passam a poder eleger directamente os seus deputados, devido à crescente influência do Parlamento Europeu na UE<sup>41</sup>.

A década de 80 trouxe consigo a revolução tecnológica da robotização e da informática alterando para sempre o nosso dia-a-dia. Em 1981 a Grécia torna-se membro da UE seguindo-lhe Espanha e Portugal cinco anos mais tarde. Apesar da supressão dos direitos aduaneiros em 1968 continuavam a existir entraves à liberdade de circulação do comércio na Europa, em grande parte devido a diferenças existentes entre as legislações de cada país. O Acto Único Europeu, assinado em 1986, vem deste modo eliminar essas diferenças, prevendo num prazo de cerca de 6 anos concluir aquilo a que se propunha no início. Aumentando a influência do Parlamento, o Acto Único reforça ainda os poderes da Comunidade Económica Europeia em matéria de ambiente. Este acordo ao eliminar os entraves ao livre fluxo de comércio na UE, vem criar o “Mercado Livre”. Em 1989 com a queda do muro de Berlim termina a Guerra Fria causando grandes convulsões políticas<sup>42 43</sup>.

No entanto, «(...) a adesão à União Europeia modificou profundamente a natureza da *fronteira geográfica*, que de barreira histórica passou a simples *apontamentos administrativos* em vista da livre circulação de pessoas, capitais e mercadorias» (Moreira, A Diplomacia Portuguesa, 2007, p. 21).

Na década de 90, e após a queda do muro de Berlim em 1989, assiste-se ao desmoronamento do comunismo na Europa Central e Oriental, causando um estreitar das

---

<sup>40</sup> Como os Beatles.

<sup>41</sup> Cfr. (União Europeia).

<sup>42</sup> Mais no âmbito da razão de existir da Aliança como ficou demonstrado num dos subtópicos do trabalho.

<sup>43</sup> Cfr. (União Europeia).



relações entre os europeus. Em 1993 dá-se por concluído o prazo de 6 anos previsto pelo Acto Único para a criação do “Mercado Livre” com as designadas “quatro liberdades”: livre circulação de mercadorias, de serviços, de pessoas e de capitais. O Tratado de Maastricht em 1993 tem como principal objectivo preparar a união monetária europeia e introduzir elementos de uma união política, tais como a cidadania, a política comum em matéria de política externa e os assuntos internos. Este tratado institui formalmente a UE, dá maior peso ao Parlamento no processo de tomada de decisão e introduz novas formas de cooperação entre os governos da UE, mais concretamente no quadro da defesa, justiça e assuntos internos. Com este tratado «(...) ficaram consagrados os três pilares: primeiro a Comunidade Europeia englobando as políticas económicas e monetárias; segundo, a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), que no futuro poderia conduzir a uma defesa comum; terceiro, a cooperação nos domínios dos Assuntos Internos e de Justiça» (Brito, 2010, p. 1034). Nesta década temos ainda o Tratado de Amesterdão, em 1999, cujo principal objectivo seria a reforma das instituições de modo a preparar a adesão de futuros membros. Com este tratado o processo de votação por co-decisão acentua-se<sup>44</sup>. «O Tratado de Amesterdão, veio introduzir a partir de 1999 algumas alterações na PESC, nomeadamente a criação do cargo de Alto Representante para a PESC (...) e a consagração das missões do tipo *Petersberg*<sup>45</sup>, como atribuições da UE» (União Europeia - Tratados da UE).

Desde 2000 que se deram alterações importantes na nossa vida, como por exemplo a implementação da moeda única<sup>46</sup>, e o 11 de Setembro de 2001 (atentados terroristas nos EUA) que proclamou o início da “Guerra contra o terrorismo”. Com isto, os Estados membros da UE começam a trabalhar cada vez mais em conjunto no sentido de lutar contra a criminalidade. As divisões políticas entre a Europa Ocidental e Oriental finalmente são consideradas sanadas com a adesão de dez novos países<sup>47</sup> à União em 2004. Em Novembro de 2004, José Manuel Durão Barroso assume a Presidência da Comissão Europeia (cargo que ocupa até hoje). Em Julho de 2007 ocorre um marco bastante importante na PEP, Portugal assume a Presidência do Conselho da União Europeia durante

---

<sup>44</sup> Vide (União Europeia - Tratados da UE).

<sup>45</sup> São as vulgarmente chamadas de Missões de Paz ou de Gestão de crises que incluem: as missões humanitárias ou de evacuação de cidadãos nacionais; as missões de manutenção de paz; as missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo operações de restabelecimento de paz. Fonte: Euopa Glossário – [http://europa.eu/scadplus/glossary/petersberg\\_tasks\\_pt.htm](http://europa.eu/scadplus/glossary/petersberg_tasks_pt.htm) (acedido em 21MAI10) in (Brito, 2010, p. 1034).

<sup>46</sup> O Euro.

<sup>47</sup> São esses: Chipre, Estónia, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa.

esse semestre. Em Agosto de 2009 uma equipa de observadores da UE acompanha as eleições presidenciais no Afeganistão.

Focando-nos agora mais no âmbito da nossa investigação, iremos abordar a Política externa e de segurança da UE. Com o poder económico da UE a aumentar houve necessidade de se criar uma política externa e de segurança, permitindo-lhe falar e agir como um só nas questões mundiais. O que levou a UE a criar instrumentos formais tanto diplomáticos como de intervenção foi a necessidade de lutar contra o terrorismo bem como os conflitos regionais na Europa e no resto do mundo na década de 90 (União Europeia).

De forma a resolver conflitos e promover o entendimento internacional a UE enviou, para várias partes do globo, missões de manutenção de paz. Na crise que opôs a Geórgia à Rússia, em 2008, serviu de intermediária no cessar-fogo enviando observadores para acompanharem a situação, ofereceu ainda ajuda humanitária aos deslocados devido aos combates existentes. A UE tem também um papel importante, financiando projectos em sete países tendo em vista a construção de sociedades estáveis, na região dos Balcãs.

No final de 2008 destacou para o Kosovo uma força policial e judicial com cerca de 1900 efectivos para auxiliar e garantir o cumprimento da lei e manter a ordem no país<sup>48</sup>. O posto de Alto Representante da Política Externa e de Segurança é criado tendo em vista o reforço da eficácia e visibilidade da Diplomacia da UE. Este é assistido por pessoal político e militar e é ainda responsável por coordenar os países no que se refere à definição e aplicação da política externa<sup>49</sup>.

A UE não dispõe de FA permanentes, tendo apenas à sua disposição as forças cedidas pelos Estados-membros para as operações de manutenção de paz, gestão de crises e as missões humanitárias. Por esse motivo, e de forma a conseguir uma resposta mais eficiente quando confrontada com algum tipo de crise «(...) na cimeira de Helsínquia<sup>50</sup> os Estados Membros da UE aprovaram o *Helsinki Headline Goal*, que previa que a partir de 2003 a União passaria a dispor de uma Força de Reacção Rápida constituída por 50.000-60.000 efectivos, projectáveis em 60 dias e disponíveis durante um ano, para o cumprimento das missões *Petersberg*» (Brito, 2010, p. 1035).

Os países, membros da UE, sempre reconheceram a necessidade de agirem em conjunto no que diz respeito a questões relacionadas com a política externa e de defesa, daí terem, no Tratado de Maastricht, formalizado o princípio de uma PESC. No entanto, e como se deve entender, tem sido difícil a sua aplicação prática pois isto requeria decisões

---

<sup>48</sup> Cfr (União Europeia).

<sup>49</sup> Cfr (União Europeia).

<sup>50</sup> Dezembro de 1999.

unânicos e como é óbvio, e ainda mais quando falamos de uma organização deste tipo, cada um dos Estados não quer colocar os seus interesses em causa. O final da Guerra Fria e o crescimento do terrorismo internacional levou a que os países da UE redobrassem os seus esforços de forma a conseguirem falar numa só voz, relativamente a questões mundiais. As decisões fundamentais continuam a ser tomadas por unanimidade, no entanto e consciente da dificuldade deste tipo de tomada de decisões a UE introduziu sistemas de votação mais flexíveis para decisões no âmbito da PESC, permitindo que alguns se abstenham ou que se recorra à votação por maioria ou até mesmo que uma maioria de países aja por iniciativa própria. No que diz respeito a decisões que tenham implicações militares ou de defesa continua a ser exigida a unanimidade<sup>51</sup>.

Com a necessidade de criação de estruturas de segurança e defesa para a UE, assim «O ano de 2003 veio a revelar-se decisivo, pois a entrada em vigor do Tratado de Nice<sup>52</sup>, consagrou uma arquitectura institucional para a sua Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD)<sup>53</sup> integrada na PESC, dotando-se de estruturas políticas e militares permanentes em Bruxelas, que lhe permitiriam o controlo político e a direcção estratégica de operações de gestão de crises» (Brito, 2010, p. 1035).

A PESD permite à UE proteger os seus objectivos bem como os seus valores contribuindo para a Liberdade, a Paz e a estabilidade no Mundo, em consonância com os princípios da ONU e do Direito Internacional. A UE tem obrigação de preservar a segurança colectiva dos seus membros devendo como tal definir progressivamente uma PESC, isto sem prejuízo para a OTAN mas em complemento desta (Ministério da Defesa Nacional, 2011).

Só dispondo de uma larga gama de instrumentos para a gestão de crises poderá a UE tornar-se num actor independente na cena internacional, bem como continuar a ser um parceiro credível nas relações transatlânticas<sup>54</sup>. A UE bem como os seus Estados membros pretendem desenvolver instrumentos de prevenção de conflitos e de preservação da paz, intervindo como missões de polícia, de medidas tendentes a reforço da Democracia e dos Estados de Direito, no sentido de estabilização e prevenção de eventuais conflitos<sup>55</sup>.

Voltando um pouco atrás, ao *Helsinki Headline Goal* e para complemento das metas apontadas pelo mesmo «Em 2008, foi aprovada uma Declaração sobre o Reforço de

---

<sup>51</sup> Cfr. (União Europeia).

<sup>52</sup> Aprovado em Fevereiro de 2001 só entraria em vigor em Fevereiro de 2003, em virtude de uma primeira rejeição por um referendo na Irlanda *in* (Brito, 2010, p. 1035).

<sup>53</sup> Que também havia sido aprovada na Cimeira de Helsínquia em 1999 (*Idem*).

<sup>54</sup> *Vide* (Ministério da Defesa Nacional, 2011).

<sup>55</sup> *Idem* (Ministério da Defesa Nacional, 2011).

Capacidades, esclarecendo o nível de ambição para os anos seguintes. Reiterando a meta dos 60.000 militares a destacar em 60 dias, refere que a Europa deverá ser capaz de planificar e conduzir simultaneamente: duas operações importantes de estabilização e reconstrução, apoiadas por 10.000 homens, por 2 anos; duas operações de reacção rápida com os agrupamentos tácticos da UE; uma operação de evacuação de emergência; uma missão de vigilância ou interdição marítima ou aérea; uma operação humanitária civil-militar por 90 dias; uma dúzia de missões civis no quadro da PESD, de diferentes formatos, incluindo uma de grandes proporções (até 3.000 peritos) susceptível de demorar vários anos<sup>56</sup>» (Brito, 2010, p. 1037).

Ainda no âmbito da PESD, e segundo o Programa do XVII Governo Constitucional, «(...)Portugal(...) País europeu, membro da União Europeia, reafirma o seu empenhamento no desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum e quer estar na primeira linha da construção da Política Comum de Segurança e Defesa, incluindo a sua participação nas missões militares sob comando da União Europeia, bem como a sua participação na cooperação estruturada em matéria de Defesa prevista pelo Tratado Constitucional da União Europeia» (Presidência do Conselho de Ministros, 2005).

Mas com as evoluções necessárias devido ao, sempre em evolução, panorama internacional e com a entrada em vigor, a 1 de Dezembro de 2009, do Tratado de Lisboa o XVIII Governo Constitucional afirma que enquanto «País europeu, membro da União Europeia, Portugal reafirmará o seu empenhamento no desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum e quer estar na primeira linha da construção da Política Comum de Segurança e Defesa, incluindo a sua participação nas missões militares sob comando da União Europeia, bem como a sua participação na cooperação estruturada permanente em matéria de Defesa prevista pelo Tratado de Lisboa» (Presidência do Conselho de Ministros, 2009, p. 119).

Sendo assim, a UE «(...) é uma entidade económica e monetariamente forte, mas politicamente frágil, faltando por vezes vontade política para ir mais além. Em termos de segurança e defesa, registou uma evolução muito significativa, especialmente desde o Tratado de Nice, não orientando o seu esforço para a defesa comum, mas para uma capacidade de gestão de crises internacionais, que lhe permita obter o estatuto de actor global» (Brito, 2010, p. 1038).

---

<sup>56</sup> Conselho da União Europeia, *Conclusões da Presidência, Bruxelas 11 e 12 de Dezembro de 2008, Anexo 2 – Declaração do Conselho Europeu sobre o reforço da Política Europeia de segurança e Defesa*, art.º 3, <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/08/st17/st17271-re01.pt08.pdf> (acedido em 24Mai10) in (Brito, 2010, p. 1037).

Como referido acima, e de forma a acentuar o que é dito pelo Coronel Luís Brito: «(...) a UE transformou-se na última década num actor global, se bem que as suas acções se possam caracterizar de *soft power*, em contraponto às da NATO que têm sido de *hard power*<sup>57</sup>» (Brito, 2010, p. 1036).

## 1.5. Síntese conclusiva

Ao longo dos últimos anos existiu uma coerência dos Partidos Políticos que exerceram funções governativas pois sempre defenderam os princípios que têm norteado, nos últimos anos, a PEN designadamente a nossa presença na Aliança.

Isto mesmo é atestado pelo disposto no Programa do, actual, XIX Governo Constitucional, quando refere que: «Portugal tem uma diplomacia competente e segura, com provas dadas nos organismos internacionais, sendo a política externa assente em opções europeias, atlânticas e lusófonas que reúnem largo consenso e têm merecido acordo político consistente» (Presidência de Conselho de Ministros, 2011, p. 104).

É importante referir que as três organizações (ONU, OTAN e UE) que elencamos ao longo deste capítulo são actualmente das mais pertinentes e influentes que existem, tendo todas surgido no rescaldo de conflitos de grande amplitude. É sob a égide destas organizações que a grande maioria das operações se desenrolam hoje em dia perpetuando a estabilidade e a segurança internacionais.

Sentimos a necessidade de terminar este capítulo com uma citação de um discurso do antigo secretário-geral da OTAN, Jaap de Hoop Schefer<sup>58</sup>: «(...) *Strategic partnership between NATO and the EU has never been more important than it is today. The challenges of our times demand a comprehensive approach to security, in which military and civil means are employed together and in a coordinated way. There is no stronger civil player than the European Union. And there is no stronger military alliance than NATO. There is therefore in my view only one conclusion – we must finally get serious with the strategic partnership*» (Brito, 2010, pp. 1048-1049).

---

<sup>57</sup> *Soft Power* e *hard power* foram dois termos utilizados por Joseph S. Nye, Jr. em diversas publicações como *O Paradoxo do Poder Americano, Porque é que a única superpotência mundial não pode actuar isoladamente* (Lisboa: Gradiva, 2002), 28 – 31. *Soft power* é a capacidade de levar os outros a desejarem o que nós próprios desejamos, sem coacção. Se ao contrário utilizamos a coacção militar ou económica, estamos nos domínios do *hard power* in (Brito, 2010, p. 1036).

<sup>58</sup> Notas de um discurso de Jaap de Hoop Scheffer, *NATO and EU: Time for a New Chapter*, em Berlim em 29 de Janeiro de 2007, <http://www.nato.int/docu/speech/2007/s07129b.html> (acedido em 7Jun10) in (Brito, 2010, p. 1049).

## Capítulo II – AS FORÇAS DE COMANDOS NO AFGANISTÃO

### 2.1. Enquadramento geral

Em 2001, após os ataques de 11 de Setembro nos EUA, a OTAN decidiu accionar o art.º 5 do Tratado, procedendo-se assim à *invasão* do Afeganistão<sup>59</sup> e à queda do regime Talibã<sup>60</sup>.

Os Talibã tomaram *Kandahar* em 1994. Em 1997 já controlavam cerca de 95% do território do Afeganistão. Inicialmente, os Talibã foram vistos como os salvadores do Afeganistão, ou seja, vieram trazer a paz desejada há várias décadas<sup>61</sup>. Mas os Talibã começam a perder o apoio da população à medida que esta se vai apercebendo das atrocidades que estariam a ser cometidas devido à visão extremista que estes tinham do Islão<sup>62</sup>. O Governo Talibã não permitia eleições e viviam segundo a *Sharia*<sup>63</sup>. Os Talibã tinham como ambição recriar o tempo do profeta, ou seja, viverem como o profeta viveu há cerca de 1400 anos. Estes baniram a televisão, a música e a dança, privaram as mulheres da educação e de trabalharem fora de casa, levaram a cabo atrocidades contra a população não Sunita<sup>64</sup> Afegã. O líder Talibã, *Mullah Omar*, interagiu com o líder da organização terrorista *Al-Qaeda*, *Osama Bin Laden*, sendo que o solo afegão passou a albergar os campos de treino desta organização bem como os seus líderes. Após o 11 de Setembro o Governo do Afeganistão, mais concretamente *Mullah Omar*, recusou-se a extraditar *Osama Bin Laden* iniciando assim a Operação *Enduring Freedom*<sup>65</sup>, originando a queda do Governo Talibã (Dezembro de 2001).

Esta Guerra dura há pouco mais de 9 anos e o que inicialmente se pretendia com a mesma seria a captura dos responsáveis pelos ataques aos Estados Unidos. Segundo

---

<sup>59</sup> Ver anexo C.

<sup>60</sup> Talibã é uma palavra arábica que significa estudante de uma religião.

<sup>61</sup> A URSS invadiu o Afeganistão em 1979 e retirou em 1989. Após a sua retirada despoletou uma guerra civil levada a cabo pelos diversos grupos de *Mujahedin*, pois cada líder tinha ambições de poder.

<sup>62</sup> É importante salientar que esta visão do Islão designada de extremista é apenas uma interpretação rígida do que vem escrito no Corão.

<sup>63</sup> *Sharia* é o nome que se dá ao código de leis do Islamismo. Em muitas sociedades Islâmicas a *Sharia* é a lei que governa pois não existe separação entre a religião e o poder político.

<sup>64</sup> Segundo Dicionário da Língua Portuguesa de 2011: «Sunismo n.m. *Religião* corrente doutrinária muçulmana que aceita a Suna e afirma a legitimidade dos quatro califas que sucederam a Maomé».

<sup>65</sup> *Operation Enduring Freedom* é o nome oficial atribuído pelo governo Americano à guerra do Afeganistão.

Howard, in (Afsar, Samples, & Wood, 2008)<sup>66</sup> «Guerras, num sentido amplo, não são exercícios tácticos (...) elas são (...) conflitos entre sociedades, e podem ser totalmente compreendidas se se entender a natureza destas sociedades». O mencionado anteriormente foca um dos factores mais críticos na Guerra do Afeganistão, a Cultura. Os Talibã têm a sua base cultural na sua etnia<sup>67</sup> e esta rege-se segundo um código<sup>68</sup> que estes utilizam para se misturarem com a população sendo extremamente difícil de conseguirmos distinguir os Talibã dos restantes elementos da população Afegã. Esta herança cultural trás também meios, nomeadamente humanos, para os Talibã sendo que a vingança de um ente querido morto é um dos pontos mais relevantes deste código.

Com a missão no Afeganistão foram apontadas, pelos Estados membros, à Aliança um conjunto de fragilidades, nomeadamente no que diz respeito à percepção do que era realmente esta missão, se uma guerra de contra-subversão se apenas uma operação de apoio à reconstrução do Estado afegão. Estas fragilidades levaram a diferentes empenhamentos por parte dos aliados<sup>69</sup>.

A Portugal, enquanto membro da OTAN, foi pedido que organizasse uma força de escalão Companhia<sup>70</sup> para ser projectada para o teatro como Força de Reacção Rápida<sup>71</sup>. Além das Forças de Comandos, Portugal enviou dois contingentes de Tropas Pára-quedistas<sup>72</sup>, no entanto estas não se enquadram no âmbito da nossa investigação.

Neste momento, os Comandos estão apenas a efectuar operações de segurança às OMLT e a altas entidades sendo a força colocada designada de *Force Protection*.

## 2.2. A ISAF

A criação da ISAF vem prevista no Acordo de Bona. Este acordo é um documento que determina o fim do trágico conflito no Afeganistão e promove a reconciliação nacional, paz duradoura, estabilidade e respeito pelos direitos humanos no país.

Reconhecendo que a dada altura será necessário que uma nova força de segurança Afegã seja constituída e funcional, é no entanto necessário que sejam tomadas provisões,

<sup>66</sup> Tradução livre do Autor.

<sup>67</sup> Ver anexo D referente às etnias do povo Afegão.

<sup>68</sup> *Pashtunwali* é o código que rege a maior etnia Afegã, os *Pashtun*. Os *Talibã* têm as suas origens nas tribos *Pashtun*. Os pontos mais importantes deste código são: *Nang* (honra), *Badal* (vingança), *Melmastia* (hospitalidade) e *Nanataway* (procura por perdão).

<sup>69</sup> Vide (Serronha, 2010).

<sup>70</sup> Esta Companhia é comandada por um Capitão, no entanto a missão é comandada por um Tenente-Coronel.

<sup>71</sup> QRF.

<sup>72</sup> Estiveram presentes no TO do Afeganistão nas seguintes datas: 1.º Contingente de 29Ago06 a 28Fev07; 2.º Contingente de 28Ago07 a 28Fev08.

estas mais detalhadas no anexo I do referido acordo, no que diz respeito à segurança e que sejam postas em prática<sup>73</sup> (ONU, 2001, p. 1).

O referido anexo I, Força de Segurança Internacional, contempla nos seus quatro pontos que os participantes da ONU nas conversações sobre o Afeganistão reconhecem que a responsabilidade em providenciar segurança, lei e ordem em todo o país reside nos próprios afegãos. Com vista a atingir este fim, comprometeram-se a fazer tudo dentro do seu alcance e influência para garantir segurança, incluindo para todos os membros da ONU e outro pessoal de organizações governamentais e não-governamentais colocadas no Afeganistão. Com este objectivo em mente, os participantes pediram o auxílio da comunidade internacional no estabelecimento e treino de novas forças armadas e de segurança do Afeganistão. Assim, os membros da ONU que participaram na discussão acerca da situação no Afeganistão pediram ao CSNU que autorizasse o envio de uma força. Esta força iria auxiliar na manutenção da segurança em Cabul<sup>74</sup> e áreas circundantes e quando apropriado, ir progressivamente expandindo-se a outros centros urbanos e áreas. Os membros da ONU presentes na discussão da situação do Afeganistão comprometeram-se a retirar todas as unidades militares de Cabul e outros centros urbanos e áreas em que a força mandatada pela ONU estivesse colocada. Seria de igual modo desejável que essa força contribuisse para a reabilitação das infra-estruturas do Afeganistão<sup>75</sup> (ONU, 2001, p. 6).

Esta Força de Segurança Internacional a que o anexo I do acordo de Bona se refere, ao ser constituída tomou o nome de ISAF. Os líderes da oposição Afegã presentes na conferência iniciaram o processo de reconstrução do seu país através da constituição de uma nova estrutura governamental, denominada ATA<sup>76</sup>. O conceito de uma força mandatada pela ONU, para auxiliar a recém-formada ATA, foi exposto numa altura em que era necessário criar um ambiente seguro em Cabul e áreas circundantes (como já havia sido referido), de forma a apoiar a reconstrução do Afeganistão. O mandato da ISAF, inicialmente, limitava a sua missão apenas para a promoção da segurança em Cabul e áreas circundantes. No entanto, em Outubro de 2003, com a emissão da resolução 1510 do CSNU, a ONU estendeu o mandato da ISAF a todo o Afeganistão, abrindo caminho à expansão da missão a todo o país.

---

<sup>73</sup> Tradução livre do Autor de partes consideradas essenciais do Acordo de Bona.

<sup>74</sup> Capital e maior cidade do Afeganistão.

<sup>75</sup> Tradução livre do Autor do disposto no Anexo I do Acordo de Bona.

<sup>76</sup> Também conhecido como Governo de Transição do Afeganistão.



Cabul situa-se numa zona mais a Este do Afeganistão, no entanto e devido ao alargamento da missão previsto na resolução acima referida, houve necessidade de se alargar a missão em quatro fases distintas, a Norte, a Oeste, a Sul e por fim a Este, para que a missão da ISAF abrange-se todo o Afeganistão.

A primeira fase, o alargamento para Norte, teve lugar a partir de Dezembro de 2003 em que o conselho da OTAN autorizou o Supremo Comandante Aliado a iniciar a expansão da ISAF, ao assumir o comando da PRT levada a cabo pelos Alemães em *Kunduz*<sup>77</sup>. Os restantes oito PRT a operar no Afeganistão em 2003 permaneceram sobre a autoridade da Operação *Enduring Freedom*<sup>78</sup>. Em 31 de Dezembro de 2003 a componente militar da PRT de *Kunduz* foi posta sob comando da ISAF como projecto-piloto e primeiro passo da expansão da missão. Seis meses depois em 28 de Junho de 2004 na cimeira da OTAN em Istambul, foi anunciado pela Aliança que iriam colocar PRT em quatro outros locais<sup>79</sup>, todos eles no Norte do Afeganistão. Este processo ficou concluído em Outubro de 2004, marcando o final da primeira fase de alargamento da missão no Afeganistão. Assim a área de operações da ISAF cobria cerca de 3600km<sup>2</sup> no Norte. A missão passou a ser capaz de influenciar a segurança de nove províncias no norte do país.

A segunda fase contemplou o alargamento da missão para Oeste. Em 10 de Fevereiro de 2005, a OTAN anunciou a expansão da ISAF para Oeste do território Afegão. Este processo teve início em Maio de 2006 quando a ISAF assumiu o comando de dois PRT nas províncias de *Herat* e *Farah* e de uma base avançada de Apoio (Base logística) também em *Herat*. Em Setembro do mesmo ano, mais dois PRT da ISAF na zona oeste ficaram operacionais, completando a expansão da ISAF para oeste. Após esta expansão da missão da ISAF, passaram a comandar nove PRT no norte e oeste, promovendo a segurança em cerca de 50% do território Afegão. A Aliança continuou a preparar-se para a expansão para Sul<sup>80</sup>.

A terceira fase previa o alargamento da missão para Sul, sendo assim e em Dezembro de 2005 o encontro em Bruxelas dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Aliança elaboraram um plano que previa um papel e presença da ISAF mais extenso no Afeganistão. Este plano foi implementado em Julho de 2006, quando a ISAF assumiu o comando da zona Sul do Afeganistão expandindo a área de operações para seis províncias adicionais e tomando comando também de mais quatro PRT. A ISAF expandida controlava

---

<sup>77</sup> Norte do Afeganistão.

<sup>78</sup> A operação contínua levada a cabo pelos EUA em território Afegão.

<sup>79</sup> *Mazar-e-Sharif, Meymana, Feysabad e Baghlan*.

<sup>80</sup> Em Setembro de 2005 a Aliança colocou no Afeganistão mais 2000 homens de forma a auxiliar as eleições.

um total de 13 PRT no Norte, Oeste e Sul cobrindo cerca de três-quartos do território afegão. Como era de esperar com o aumento da área de influência para, praticamente todo o território afegão, houve necessidade de aumentar o número de efectivos no terreno de quase 10 000 para cerca de 20 000.

A quarta e última fase previa, como se adivinha, o alargamento da missão da ISAF mais para Este, tomando assim responsabilidade por todo o país. Em Outubro de 2006, a ISAF implementa a última fase da sua expansão tomando o comando das forças militares internacionais, que se encontravam na zona Este do Afeganistão, sob comando dos EUA. Para além de alargar a área de operações da Aliança, o plano revisto também abriu caminho para um maior papel da ISAF no país. Isto inclui a implementação das OMLT nas unidades do Exército Nacional Afegão nos mais diversos níveis de comando<sup>81</sup> (NATO, About Isaf History)<sup>82</sup>.

Após esta breve referência histórica da ISAF, vamos falar então da sua missão. Em apoio ao Governo da República Islâmica do Afeganistão, a ISAF conduz Operações no Afeganistão de forma a reduzir a capacidade e vontade de insurgência, apoiar o crescimento em capacidade das Forças de Segurança Nacionais Afegãs, e facilitar melhorias no desenvolvimento socioeconómico e na governação de forma a promover um ambiente seguro para uma estabilidade sustentável e observável pela população. Ao nível da segurança e em acordo com todas as resoluções do CSNU, o principal papel da ISAF é apoiar o governo Afegão na criação de um ambiente seguro e estável. Para atingir este fim, as forças da ISAF conduzem operações de estabilidade e segurança em conjunto com as Forças de Segurança Nacionais Afegãs e estão directamente envolvidas no desenvolvimento dessas mesmas forças através do treino e requalificação das mesmas. No âmbito da reconstrução e desenvolvimento no Afeganistão, a ISAF apoia através das PRT. Confere também apoio humanitário em conjunto com as organizações do governo afegão organizações internacionais e organizações não governamentais. No que diz respeito à governação afegã a ISAF através das PRT auxilia as autoridades Afegãs a fortalecer as

---

<sup>81</sup> A título meramente informativo os Comandantes da ISAF foram os seguintes: de Dez01-Jun02 Major General Jonh McColl, UK; Jun02-10Fev03 Major General Hilmi Akin Zorlu, Turquia; 10 Fev03 - 11Ago03 Tenente General Van Heyst, Alemanha; 11 Ago03-9 Fev04 Tenente General Goetz Gliemeroth, Alemanha (A primeira missão da ISAF sob o commando e levada a cabo pela OTAN); 9Fev04-7Ago04 Tenente General Rick Hillier, Canada; 7Ago04-6Fev05 General Jean-Louis Py, França; 6Fev05-5Ago05 General Ethem Erdagi, Turquia; 5Ago05-4Mai06 General Mauro del Vecchio, Italia; 4Mai06-7Fev07 General David Richards, UK; 7Fev07-2Jun08 General Dan K. McNeill, EUA; 2JUN08-15Jun09 General David D. McKiernan, EUA; 15Jun09-23Jun10 General Stanley A. McChrystal, EUA; 23Jun10-4Jul10 Tenente General Sir Nick Parker, UK(Vice-Cmdt da ISAF assumiu comando interino após a resignação do General McChrystal; 4Jul10-18Jul11 General David H. Petraeus, EUA; 18Jul11- Actualidade General John R. Allen, EUA.

<sup>82</sup> Tradução livre do Autor.

instituições necessárias para estabelecer totalmente uma boa governação a aplicação da lei e direitos humanos. A principal missão das PRT, neste aspecto, consiste em construir capacidades, apoiando no crescimento de estruturas governamentais e promovendo um ambiente no qual o governo possa evoluir.

### 2.3. As Forças de Comandos

O termo “Comando” remonta à Guerra dos *Boers* travada pelos ingleses, no início do séc. XX na região em que hoje se localiza a África do Sul. As unidades de combate dos *Boers* designavam-se por *Kommandos*. Estas unidades eram constituídas por indivíduos muito rápidos, exímios atiradores e cavaleiros, com grande conhecimento do terreno e bastante resistentes, que através das suas acções contra as linhas de reabastecimento, constituíram um verdadeiro quebra-cabeças para os ingleses.

No decorrer da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, e devido à sua larga experiência noutros teatros incluindo a Guerra dos *Boers*, o primeiro-ministro inglês Winston Churchill viu a necessidade de se criar uma força constituída por pequenas unidades que pudessem ripostar aos alemães, que rapidamente se aproximavam da conquista da Europa. Estas Unidades, baseadas no combate não convencional, foram utilizadas pela primeira vez em 1940 e nos anos seguintes lançaram numerosas acções contra as potências do Eixo tanto no continente europeu como no Médio Oriente, África e Extremo Oriente.

Para começarmos a falar desta força vemos presente a necessidade de explicar o que são os “Comandos”. Para isso utilizamos uma definição dada pelo Estado-Maior do Exército:

«Os “Comandos” são forças ligeiras, vocacionadas para operações convencionais de natureza eminentemente ofensiva, com capacidade de projecção imediata, elevada capacidade técnica e táctica, grande flexibilidade de emprego e elevado estado de prontidão, capitalizando a surpresa, velocidade, violência e precisão do ataque, como factores decisivos» (Estado-Maior do Exército, 2007, p. 8).

Em 1961, iniciou-se aquele que seria, até aos dias de hoje, o último grande conflito em que Portugal se viu envolvido, a Guerra do Ultramar. Após os primeiros combates os Portugueses que se encontravam em Angola escreveram para a metrópole pedindo auxílio e pôde-se ler «(...) nas notas anexas a uma carta de um administrador de empresa no Ambriz, Carvalho e Silva, enviada ao seu amigo General CEME Câmara Pina, sobre a situação das fazendas do Vale do Loge e datada de 10 de Abril de 1961, o seguinte:

“(...) c) Numa guerra de selva, deste tipo, parece que haveria três etapas a pôr em imediata execução:

1.<sup>a</sup> (...)

2ª – Surtos por tropas especializadas, sempre que possível, sem veículos, sem combustíveis, nem transportes em grupos pequenos, que actuando como “Comandos” seriam utilizados tão rigorosamente, quanto possível, nos pontos mais imprevistos de modo a pôr o inimigo em desequilíbrio e passar a iniciativa para nós.”

E mais à frente numa nota (...) “Os Comandos referidos na 2ª, deveriam aprender a suplementar a sua alimentação de rações especiais com frutos, tais como: bananas (que se encontram com abundância) e com caça miúda (apanhada com armadilhas) Por outras palavras: TAL COMO FAZ O INIMIGO” (...).

(...) alguns comandantes dos primeiros batalhões mobilizados sentiram a necessidade da criação de grupos especializados e mais habilitados a enfrentar a guerrilha, pois chegados ao terreno era evidente a deficiente formação das tropas rapidamente mobilizadas e instruídas» (Oliveira, 2005, p. 12).

No entanto em 1962 no norte de Angola foram criados os primeiros seis grupos de homens que seriam os antecessores dos “Comandos”. Foi criado para a sua instrução um Centro de Instrução de Contra-Guerrilha (CI 21) e estes grupos foram treinados por um ex-membro da Legião Estrangeira com experiência na guerra de contra-guerrilha, mais concretamente nos teatros de operações da Argélia e Indochina. Devido aos resultados obtidos por estes grupos, os altos comandos militares decidiram reestruturar a instrução e a integração deste tipo de forças na orgânica do Exército. Nos anos seguintes, 1963 e 1964, foram criados mais dois centros de instrução (CI16 e CI 25) em Angola. Ainda em 1964 iniciam-se os primeiros cursos na Guiné e em Moçambique. Nesta altura surge pela primeira vez a designação de “Comandos” para as tropas que recebiam instrução nestes centros<sup>83</sup> (Comandos).

Estes foram criados devido à necessidade do Exército Português ter unidades de forças especializadas em contra-guerrilha. Estas unidades eram treinadas especificamente para o tipo de combate que se vivia no teatro de operações do Ultramar português, ou seja, inicialmente em Angola mas com o evoluir do conflito espalhando-se também para a Guiné e Moçambique. Estas forças tinham capacidades para:

- Realizar acções especiais seja em território português ou estrangeiro;
- Combater como tropa de infantaria e assalto;e
- Dotar os altos comandos políticos e militares de uma força capaz de realizar operações irregulares.

---

<sup>83</sup> Como se pode verificar em <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=153>; acedido em 29 Junho de 2011.

## **2.4. Tipologia de missões**

Os Comandos são uma força de ofensiva, podendo claro desenvolver outro tipo de operações, no entanto na sua génese estão as acções ofensivas. Estas forças são unidades ligeiras e direccionadas para intervirem em qualquer tipo de TO, mais concretamente naqueles que constituam uma maior ameaça e que «(...) exija grande capacidade de sacrifício» (Estado-Maior do Exército, 2007, p. 8). Têm uma grande e rápida capacidade de projecção, uma grande apetência técnico-táctica, são forças bastante flexíveis relativamente ao seu emprego e mantêm um elevado estado de prontidão. No entanto as forças de “Comandos” apresentam limitações no que diz respeito a ameaças mecanizadas/blindadas.

As Forças de Comandos são utilizadas ao escalão de Batalhão (BCmds) e Companhia (CCmds) podendo ser utilizadas seja num TO de alta intensidade, seja num TO de média/baixa intensidade.

As especificidades de actuação de um BCmds/CCmds diferem de um tipo de TO para o outro, no entanto existem alguns pontos sobre os quais sentimos a necessidade de maior aprofundamento.

### **2.4.1. Teatro de operações de alta intensidade**

O BCmds neste tipo de TO poderá, dentro da tipologia de operações OTAN no âmbito do art.º 5 do Tratado do Atlântico Norte, executar ou participar em:

#### **(1) Operações Ofensivas:**

- Golpes de mão de forma a garantir o isolamento do campo de batalha e a destruição, captura ou perturbação das acções de apoio e reforço do In através do ataque a unidades instalações e órgãos de Comando, Controlo e Comunicações (C3) ou quaisquer outros objectivos remuneradores para as nossas forças e que afectem bastante a actuação das forças Inimigo;
- Emboscadas e demolições, para interditar linhas de comunicações;
- Fintas e demonstrações;
- Segurança da Área da Retaguarda como força de intervenção perante a ameaça de tropas especiais In, guerrilhas ou terroristas.

(2) Operações Defensivas:

- Defesa de pontos sensíveis, estabelecendo dispositivos de defesa em perímetro na profundidade do dispositivo das NF perante a ameaça a instalações críticas para as NF e/ou interesses nacionais ou aliados de tropas especiais In, guerrilhas ou terroristas;
- Participa na SAR como força de intervenção perante a ameaça de tropas especiais In, guerrilhas ou terroristas.

(3) Operações de Transição:

- Marcha par ao contacto, actuando particularmente na modalidade de “busca e ataque” num contexto de contra-guerrilha em ambiente de contra-insurreição.

(4) Operações aeromóveis:

- Pode “rentabilizar” bastante o “investimento” do meio aéreo pelo potencial de combate intrínseco.

(5) Operações aerotransportadas:

- Aumentando as suas possibilidades de actuação, as Forças de Comandos podem executar esta tipologia de operações através da projecção por via aérea utilizando a aterragem de assalto.

(6) Operações em ambientes específicos:

- Tendo o equipamento necessário as forças de Comandos poderão efectuar operações em toda a tipologia de terrenos seja com calor ou frio extremos.

(7) Operações em território controlado pelo In:

- As operações levadas a cabo pelos Comandos são por norma efectuadas em território controlado pelo In após a sua infiltração em profundidade.

(8) Forças cercadas:

- Por lançamento através de uma operação aeromóvel, reforça forças cercadas com vista a aumentar o potencial de combate no dispositivo defensivo ou apoiar uma rotura de cerco.

#### **2.4.2. Teatro de operações de média/baixa intensidade**

Esta tipologia de operações é em norma utilizada no contexto das operações OTAN não art.º 5.<sup>84</sup>, *Crisis Response Operations*, sendo que um BCmds poderá:

(1) Participar em Operações de Apoio à Paz (OAP):

- Operações de Manutenção de paz, nomeadamente em TO de elevada exigência;
- Operações de Imposição de Paz, devendo esta tipologia de operações ser considerada de emprego prioritário no contexto das OAP;
- Prevenção de Conflitos, através da presença dissuasora.

(2) Noutras Operações e Tarefas de Resposta a Crises:

- Operações Humanitárias (não OAP);
- Operações de Evacuação de não-combatentes (NEO) especialmente em ambiente incerto e hostil em que o BCmds se assume como unidade de actuação particularmente adequada (Estado-Maior do Exército, 2007, pp. 8-10).

## **2.5 Síntese conclusiva**

Como ficou demonstrado ao longo deste capítulo as Forças de Comandos são de natureza ofensiva e a sua origem resultou da necessidade de existência de forças

---

<sup>84</sup> Este tipo de operações surge devido ao acordo inicial da Aliança em que no caso de um dos membros ser “agredido” seria tomado como uma agressão a todos, neste caso são operações que poderão influenciar a estabilidade e segurança internacionais sem que nenhum dos países membros seja directamente alvo de agressão.

especialmente preparadas para combate não-convencional e de contra-guerrilha. Os Comandos são uma força com provas dadas de prontidão, eficácia e eficiência nos TO onde estiveram presentes.

O Afeganistão é palco de conflitos não-convencionais<sup>85</sup> e de ataques de forças de guerrilha. A participação de Portugal nas operações da Aliança é praticamente inquestionável, visto que, desde que existem missões neste âmbito, o nosso País contribui com forças. Ora se as instâncias Portuguesas necessitavam de dar resposta às solicitações das instâncias internacionais e, desta forma, projectar o uso de uma força para o TO do Afeganistão seria expectável o envio das Forças de Comandos já que são uma força criada e treinada para o combate não convencional e de contra-guerrilha.

---

<sup>85</sup> Ou seja, conflitos em que não se opõem dois exércitos mas sim que de um lado se encontram forças organizadas sob um comando centralizado e do outro temos pequenas facções que tentam, através de ataques suicidas e outros, assustar a população e amedrontar as forças da Aliança de forma a quebrar o ímpeto das mesmas.



## CONCLUSÕES

Até na situação contingente que Portugal está a viver com a crise das finanças públicas e com o pedido de ajuda externa, há uma vertente da Política Portuguesa que é importante para o reconhecimento de Portugal no exterior que é a Política Externa. Esta tem, como se viu ao longo do trabalho, uma componente que ultrapassa a diplomacia económica e cultural passando muito por dois outros campos: um no âmbito da defesa e da segurança e outro no âmbito da cooperação técnico-militar, apesar deste último não ser preocupação deste trabalho não deixa, por isso, de ser menos importante visto sustentar uma parte da PEN.

Desta componente, de defesa, segurança e cooperação técnico-militar, fazem parte as forças empenhadas ao largo do mundo e muito particularmente as destacadas no Afeganistão. Este TO é sem sombra de dúvidas um dos maiores palcos internacionais de operações, sendo este facto atestado, seja pela dimensão das notícias a nível mediático seja pela constante preocupação das principais organizações internacionais, como a ONU, a OTAN e a UE, em manter essa zona estabilizada.

Não nos podemos esquecer igualmente que o principal foco do terrorismo internacional tem passado pelo Afeganistão. Assim, a estabilização deste território bem como a criação de um governo capaz de manter a segurança e a paz, tem directa influência nas actividades<sup>86</sup> que grupos terroristas como a *Al-Qaeda* possam vir a desenvolver. A verdade é que, uma das principais ameaças aos EUA é a *Al-Qaeda* e que o Inimigo n.º 1 era o seu líder *Osama Bin-Laden*. No entanto, tendo este sido recentemente eliminado, ficou provado que não ocorreu o desmantelamento da organização, tendo esta apenas sentido a necessidade de eleger rapidamente uma nova liderança.

O Afeganistão é hoje em dia, para a Comunidade Internacional, o TO que se pode considerar fundamental para a estabilização e a segurança internacionais, e onde realmente vale a pena participarmos de forma a nos afirmarmos nos *fora* enquanto país «produtor líquido de segurança internacional»<sup>87</sup>. Uma vez mais se demonstra o quanto a OTAN é importante nos nossos dias enquanto ferramenta fundamental para a estabilidade e a segurança internacionais. Chegamos assim à conclusão de que um dos pilares da PEN passa, indubitavelmente, pela questão da Defesa Nacional.

---

<sup>86</sup> Por actividades entenda-se: recrutamento, ataques, organização de células, ganho de “patrocínios” e outros.

<sup>87</sup> Severiano Teixeira, 2010.

Na década de 90 Portugal começa, através do envio de militares, a participar na produção de segurança internacional, com as contribuições militares nas operações de paz da ONU, da OTAN e da UE. É nesta altura que as FA se tornam um dos instrumentos da PEN, partindo esta sempre de formulação de interesses.

O facto de Portugal ter começado a participar nestas missões, constitui-se como um importante factor de interesse estratégico, como principal impulsionador para a modernização das nossas FA, visto termos de manter um nível de prontidão elevado, e contribui ainda para a credibilidade externa do Estado<sup>88</sup>. Tudo isto é de suma importância para a visibilidade e para a afirmação dos nossos interesses nos *fora* internacionais.

O Presidente da República Portuguesa, Comandante Supremo das FA, refere na sua mensagem às FA, que estas são «(...) instituição estruturante da identidade nacional, um elemento fundamental da soberania nacional e um instrumento essencial da componente externa da política de defesa» (Aníbal Cavaco Silva).

As FA são um elemento estruturante do Estado, e são fundamentais para a conservação dos interesses portugueses e sendo ainda um elemento positivo da nossa PEN contribuindo para a afirmação de Portugal no mundo.

Ficou, de certa forma, demonstrado no trabalho que Portugal tem uma PDN específica que consta dos diversos programas de governo analisados e que esta é indissociável da PEP pois é cada vez mais importante participarmos e termos voz no concerto das nações, e sendo um país médio a forma mais eficaz de conseguirmos que essa voz seja ouvida é através da nossa constante participação<sup>89</sup> nos diversos TO em que as organizações de que fazemos parte estão presentes. Portugal tem a particularidade de operar em qualquer tipo de TO dentro das diversas tipologias de missões de CRO<sup>90</sup>.

Tal como o General Loureiro dos Santos refere, «Para Portugal, o emprego das Forças Armadas constitui um dos mais relevantes instrumentos de que dispõe para apoiar a sua política externa, conferindo-lhe um peso específico no âmbito da segurança de que pode continuar a distinguir-se como fornecedor o que, além de lhe permitir posicionar-se na linha da frente nesta área, significa um trunfo estratégico perante os aliados susceptível de,

---

<sup>88</sup> (Severiano Teixeira, Breve Ensaio sobre a Política Externa Portuguesa, 2010).

<sup>89</sup> Desde 1992 Portugal participou, quer seja no âmbito da ONU, OTAN ou EU, nos seguintes TO: Afeganistão, Angola, Bósnia-Herzegovina, Iraque, Kosovo, Líbano, Moçambique e Timor-Leste.

<sup>90</sup> *Crisis Response Operations* ou Operações de Resposta a Crises englobam todas as operações militares conduzidas pela NATO numa situação não-artigo 5. Elas suportam o processo de paz numa área de conflito e são também designadas como operações de suporte de paz. O envolvimento da NATO nos Balcãs e no Afeganistão e os esforços na luta contra a pirataria no corno de África são demonstrações de CRO (NATO, Crisis management) (tradução livre do autor).

no futuro, lhe poder ser útil em termos de retribuição (no domínio militar ou não militar) no caso de precisar» (Loureiro dos Santos, 2010).

O facto de Portugal integrar a Aliança é de enorme importância pois os EUA são, sem dúvida, a maior potência naval dos nossos dias, assim, se Portugal tem como maior fronteira o mar então constituirmo-nos como aliado dos EUA contribui largamente para a nossa segurança. Pelo facto de termos uma posição geográfica central e sermos membros da OTAN, Portugal está seguro em todas as suas fronteiras sendo a sua segurança colocada em causa apenas a Sul. Na eventual necessidade de responder a essas ameaças Portugal tem a certeza que irá ser apoiado pela Aliança. Esta certeza provém das largas contribuições, já referidas ao longo do trabalho, que Portugal tem dado a missões tanto da OTAN como da ONU e da UE, e que na eventual necessidade de ser apoiado por estas Organizações certamente não nos será negado o auxílio.

Nos dias de hoje a Europa e os EUA constituem-se como aliados fortes em matéria de segurança e defesa, na luta contra ameaças e riscos comuns. Portugal enquanto membro das Organizações Internacionais mais relevantes, tendo em conta a sua posição no mundo, participou em diversas missões militares, cumprindo com todas as suas responsabilidades.

Sendo as FA consideradas um dos instrumentos da PEN, então a sua modernização e preparação deve ser vista por todos como um investimento, que será necessariamente rentável, sendo que essa rentabilidade deve ser verificada através da manutenção da paz e segurança.

Ficou demonstrado neste trabalho que as organizações internacionais têm cada vez mais interesse na estabilidade e segurança das suas fronteiras, com receio que estes conflitos possam influenciar e destabilizar dentro das mesmas. Os elementos destacados para cumprir missões são as FA dos Estados membros dessas mesmas organizações, o que tem influência directa na PE dos respectivos.

O Afeganistão é hoje em dia o núcleo dos conflitos internacionais, com elevada preponderância, tendo directa influência em praticamente todos os outros conflitos. A Força portuguesa destacada neste TO são os Comandos, assim concluímos que, e tendo por base o que foi demonstrado em todo o trabalho, os Comandos têm influência directa na PEN contribuindo positivamente para as relações internacionais de Portugal, prestigiando o nosso país.

Assim sendo e após análise, podemos concluir que as Forças de Comandos conseguem ser um braço da Diplomacia Portuguesa na PEN a par dos nossos embaixadores e agências internacionais. Portanto, os militares são também um importante braço da nossa PEN pois têm a capacidade de produzir segurança e paz internacionais.



## BIBLIOGRAFIA

Academia Militar. (2008, Janeiro). Orientações para Redacção de Trabalhos. Lisboa: Academia Militar.

*Afghanistan Ethnic Groups Map*. (n.d.). Retrieved Julho 22, 2011, from Maps of the World: <http://www.mapsofworld.com/afghanistan/afghanistan-ethnic-groups-map.html>.

Afsar, S., Samples, C., & Wood, T. (2008, May-June). The Taliban: An Organizational Analysis. *Military Review*, pp. 58-73.

Aníbal Cavaco Silva. (n.d.). *Comandante Supremo das Forças Armadas - Mensagem do Comandante Supremo*. Retrieved Julho 19, 2011, from Presidência da República: <http://www.presidencia.pt/comandantesupremo/?idc=300>.

Brito, C. L. (2010, Outubro). NATO e União Europeia - A evolução conceptual. *Revista Militar n.º 10*, pp. 1027-1051.

*Charter of the United Nations*. (n.d.). Retrieved Julho 06, 2011, from United Nations: <http://www.un.org/en/documents/charter/intro.shtml>.

*Comandos*. (n.d.). Retrieved Junho 29, 2011, from Guerra Colonial: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=153>.

Escaraméia, P. V., Neto, J. P., Campos, J. M., Cardoso, G. P., Sacchetti, V. A., Lara, A. d., et al. (1995). *Estudos em Homenagem ao Professor Adriano Moreira* (Vol. I). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Estado-Maior do Exército. (2007, Outubro 28). Tropas Especiais. *Âmbito de Actuação, Missões e Tarefas das Unidades de Tropas Especiais*.

Fontes Ramos, A. L. (2002). Adaptação da NATO ao Novo Ambiente Estratégico Internacional. *Nação e Defesa n.º 102*, p. 31.

Loureiro dos Santos, J. A. (2010). O Conceito Estratégico da NATO: Superar Contradições, Manter a Coesão. *Nação e Defesa n.º 126*, pp. 45-46.

*Map of European Union Countries.* (n.d.). Retrieved Julho 22, 2011, from Maps of the World: <http://www.mapsofworld.com/world-eumember-map.htm>.

Ministério da Defesa Nacional. (2011). *Política Europeia de Segurança e Defesa*. Retrieved Julho 10, 2011, from Defesa: <http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/Defesa/seg/ue/pesd/>.

Ministério da Justiça. (2008, Setembro 26). *Relações Internacionais>O que é o Conselho da Europa*. Retrieved Julho 11, 2011, from Direcção-Geral da Política de Justiça: [http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/copy\\_of\\_anexos/o-que-e-o-conselho-da4586/](http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/copy_of_anexos/o-que-e-o-conselho-da4586/).

*More about HCCH.* (n.d.). Retrieved Julho 4, 2011, from Hague Conference on Private International Law: [http://www.hcch.net/index\\_en.php?act=text.display&tid=4](http://www.hcch.net/index_en.php?act=text.display&tid=4).

Moreira, A. (2003). A Defesa Nacional e as Forças Armadas. *Estratégia volume XII*, pp. 13-17.

Moreira, A. (2007, Fevereiro 10). A Diplomacia Portuguesa. *Revista dos Negócios Estrangeiros*, pp. 19-25.

NATO. (n.d.). Retrieved Julho 22, 2011, from Wikipedia: <http://en.wikipedia.org/wiki/NATO>.

NATO. (n.d.). *About Isaf History*. Retrieved Julho 7, 2011, from Afghanistan International Security and Assistance Force: <http://www.isaf.nato.int/history.html>.

NATO. (n.d.). *Crisis management*. Retrieved Julho 09, 2011, from North Atlantic Treaty Organization: [http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_49192.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_49192.htm).

NATO. (2002, Novembro 04). *NATO Handbook*. Retrieved Julho 27, 2011, from [www.nato.int](http://www.nato.int/docu/handbook/2001/hb010301.htm): <http://www.nato.int/docu/handbook/2001/hb010301.htm>.

NATO. (1999, Abril 23). *NATO Summit*. Retrieved Julho 27, 2011, from [www.nato.int](http://www.nato.int): <http://www.nato.int/docu/comm/1999/9904-wsh/9904-wsh.htm>.

Oliveira, G. J. (2005, Agosto/Dezembro). Como Surgem os Comandos - de Nóqui ao CIC. *MAMA SUME nº 63*, pp. 12-21.

ONU. (2001, Dezembro 05). Government - Afghan Bonn Agreement. *Agreement on Provisional Arrangements in Afghanistan Pending the Re-Establishment of Permanent Government Institutions*. Bonn, Alemanha.

Pires, L. (1998). A PESC: um Processo em Construção. *Nação e Defesa* n.º 85 , p. 104.

Porto Editora. (2011). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Presidência do Conselho de Ministros. (2005). Programa do XVII Governo Constitucional: 2005-2009. 159-160. Lisboa.

Presidência do Conselho de Ministros. (2009). Programa do XVIII Governo Constitucional: 2009-2013. 118. Lisboa.

Presidência de Conselho de Ministros. (2011). Programa do XIX Governo Constitucional: 2011-2015. 104. Lisboa.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ribeiro, A. S. (2011, Abril - Junho). O Conceito Estratégico da NATO. *Segurança e Defesa* n.º 17 , pp. 16 - 26.

Sachetti, A. (2002). Algumas conclusões e observações com interesse para Portugal. *Estratégia volume XI* , pp. 174-176.

Sameiro, V.-A. (2007, Julho). Forças Armadas como Instrumento de Acção do Estado. *Revista dos Negócios Estrangeiros* n.º 11.2 , pp. 145-158.

Santo, G. G. (2010, Outubro). O Novo Conceito Estratégico da OTAN e os Interesses de Portugal. *Revista Militar* n.º 10 , pp. 965 - 967.

Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre Metodologia Científica para Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Scott, G. (1973). *The Rise and Fall of the League of Nations*. Londres: Hutchinson & Co LTD.

Serronha, M. A. (2010, Novembro). Cimeira de Lisboa: Uma nova Estratégia para a Aliança Atlântica. *Adaga n.º 6*, pp. 6-8.

Severiano Teixeira, N. (Dezembro de 2010). Breve Ensaio sobre a Política Externa Portuguesa. *Relações Internacionais n.º 28*, pp. 54-60.

Severiano Teixeira, N. (2009). Pilares de uma Estratégia Nacional. *Pilares da Estratégia Nacional* (p. 27). Edições Prefácio.

União Europeia - Tratados da UE. (n.d.). *Tratados da UE*. Retrieved Julho 11, 2011, from Europa- O portal da União Europeia: [http://europa.eu/about-eu/basic-information/decision-making/treaties/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about-eu/basic-information/decision-making/treaties/index_pt.htm).

União Europeia. (n.d.). *A história da União Europeia*. Retrieved Julho 9, 2011, from Europa - O portal da União Europeia: [http://europa.eu/about-eu/eu-history/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm).

União Europeia. (n.d.). *Política externa e segurança*. Retrieved Julho 11, 2011, from Europa - O portal da União Europeia: [http://europa.eu/pol/cfsp/index\\_pt.htm](http://europa.eu/pol/cfsp/index_pt.htm).

*Where is Afghanistan*. (n.d.). Retrieved Julho 22, 2011, from Maps of the World: <http://www.mapsofworld.com/afghanistan/afghanistan-location-map.htm>.



## **ANEXOS**

## Anexo A – Mapa dos Membros da OTAN



Ilustração 1: Mapa dos membros da OTAN<sup>91</sup> (NATO).

---

<sup>91</sup> Acedido em 22 de Julho de 2011: <http://en.wikipedia.org/wiki/NATO>.

## Anexo B – Mapa dos Estados Membros da UE

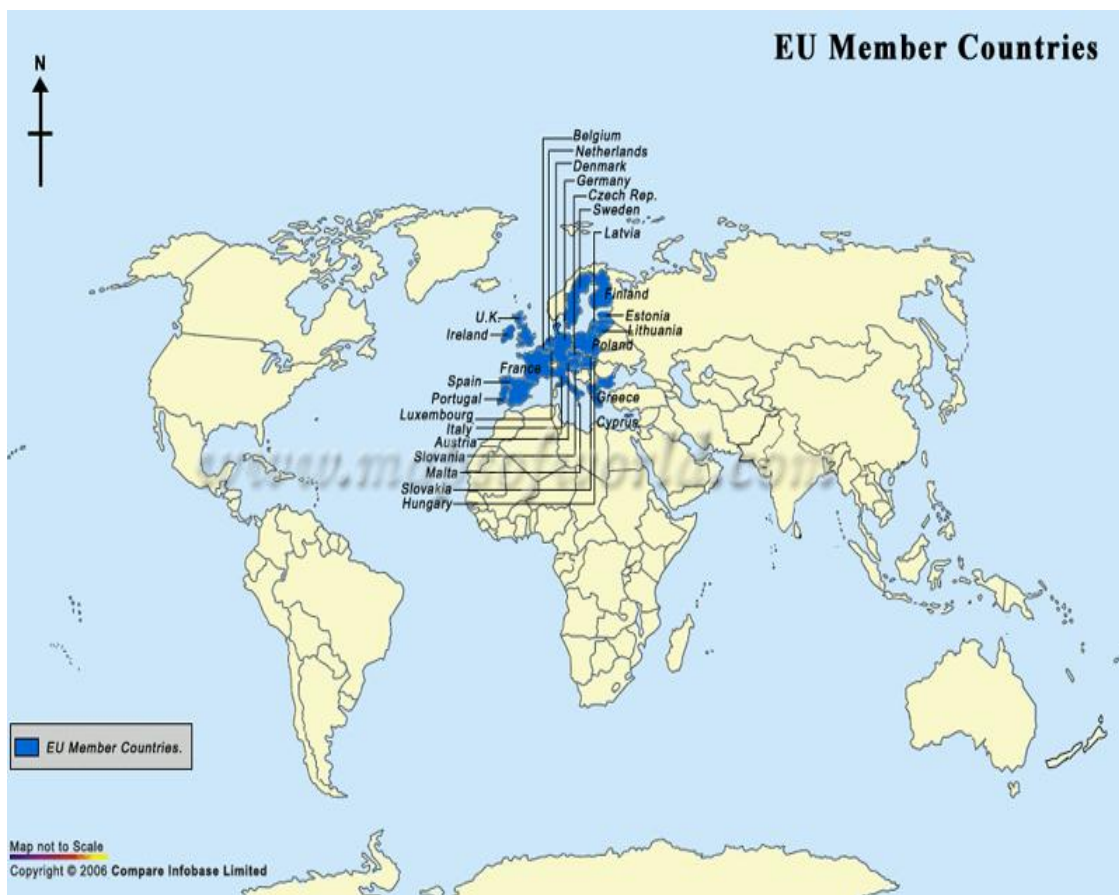


Ilustração 2: Mapa com países membros da UE<sup>92</sup> (Map of European Union Countries).

<sup>92</sup> Acedido em 22 de Julho de 2011: <http://www.mapsofworld.com/world-eumember-map.htm>.

## Anexo C – Mapa da posição geográfica do Afeganistão no Mundo

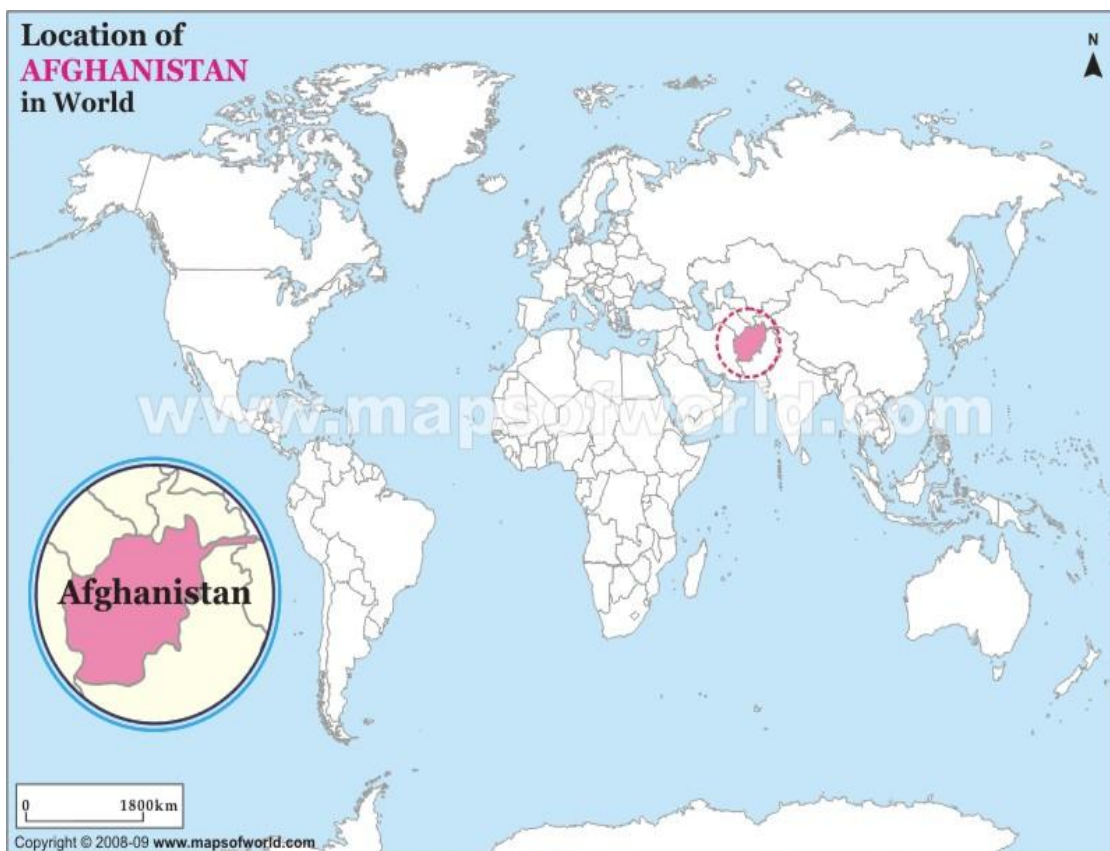


Ilustração 3: Mapa com a Localização do Afeganistão no Mundo<sup>93</sup> (Where is Afghanistan).

<sup>93</sup> Acedido em 22 de Julho de 2011: <http://www.mapsofworld.com/afghanistan/afghanistan-location-map.htm>.

## Anexo D – Mapa Étnico do Afeganistão



Ilustração 4: Mapa Étnico do Afeganistão<sup>94</sup> (Afghanistan Ethnic Groups Map).

<sup>94</sup> Acedido em 22 de Julho de 2011: <http://www.mapsofworld.com/afghanistan/afghanistan-ethnic-groups-map.html>.